



ATA N.º 50/XIII-3º/2021-25

1 – Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H15, nas instalações da Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau Bau, sita na Rua Francisco Martins, lotes B-C, na Freguesia da Sobreda, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Documento de Prestação de Contas de 2023 (SMAS)”;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2023”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2024 e Anos Seguintes (SMAS)”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prestação de Contas 2023 – Município de Almada”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Almada e a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Almada Desportiva – Plano Estratégico Desenvolvimento Desportivo”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos Júri de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada”;

3.8 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

(O presidente agradeceu à direção da Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau Bau, pela cedência do espaço para a realização da Assembleia Municipal).

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (IND); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); António Paulo Júnior (CDU), Andreia Sofia Egas (CDU); João Carlos da Silva Jorge Antunes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD), Irina Cristina Ludovico Tricamegy (eleita pelo CDS-PP), Gilberto Alexandre Ferreira Simões (eleito pela Aliança);

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Palhotas Pacheco; A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Eixa dos Santos.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, do Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Inundação dos tanques da fábrica romana de salga em Cacilhas”, enviado para a Câmara Municipal em 12/01/2024, foi respondido em 29/02/2024;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Encerramento Parcial da Escola Secundária Anselmo de Andrade”, enviado para a Câmara Municipal em 08/03/2024, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Sessões de Treino de cães gratuitas no Parque da Paz”, enviado para a Câmara Municipal em 16/01/2024, foi respondido em 21/03/2024;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal”, enviado para a Câmara Municipal em 26/03/2024, ainda não foi respondido;

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre “Solicitação dos relatórios de monitorização por parte da Câmara Municipal de Almada e dos SMAS, à vala do 2.º Torrão, elaborados e assinados entre 2020 e 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 31/05/2023, foi respondido em 04/04/2024.

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas n.º 43, 44, 45, 46/XIII-3º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por maioria com uma abstenção da Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS), e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.



5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes António Silva, Inês Pascoal, Augusto Flor, Diogo Mira, João Rocha, Maria Joaquina, Paulo Santos, Patrícia Brito, Sara Oliveira, Catarina Nave, Liliana Sousa, Palmerone Souza, Barbara Coelho, Martim Gonçalves, Sandra Pinto, Arnaldo Leite, Ricardo Martins, Vanda Gonçalves e Mário Marques.

5.2.1 – O Senhor Múncipe António Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é António José Silva, eu moro na Azinhaga do Robalo, e o que me traz aqui são duas ou três questões.

Vivo na Azinhaga do Robalo há cerca de 13 anos, na Casa de São Cristóvão, somos a zona paisagem protegida mais próxima de uma capital europeia, a zona da paisagem protegida Arriba Fóssil.

Durante estes anos é a segunda vez que venho a uma Assembleia Municipal e traz-me aqui dois ou três temas.

Um, na Azinhaga do Robalo foram retirados os contentores do lixo que nós tínhamos, nomeadamente, que servem a zona onde eu habito, onde nós temos um picadeiro e neste momento não temos na nossa proximidade qualquer tipo de contentor do lixo, foi retirado, não utilizamos para o picadeiro, mas utilizamos para as nossas atividades da casa provada e do negócio que ali temos, bem como os vizinhos que estão ao lado, um vizinho com cerca de 90 anos, neste momento não tem onde despejar o lixo na rua, nós tínhamos inclusive uma plataforma feita onde estava o contentor que foi retirado. Já questionamos os serviços municipais quando passam, e o que nos foi dito foi que não dava jeito parar naquele sítio.

Outra questão é que a Estrada do Robalo está constantemente cheia de lixo, e o estado lamentável em que se encontra a Estrada do Robalo.

A Estrada do Robalo foi remendada há cerca de dois a três meses, onde foi levantado cerca de 50 metros de alcatrão e foram substituídos por Tout-Venant que neste momento já se encontra completamente esburacado, e podemos dizer que esta zona com o Tout-Venant é o melhor quilómetro e meio que a Estrada do Robalo tem.

Os buracos cabem um carro lá dentro, isto não é só agravado pela chuva, é a quantidade de carros que ali passam e esta quantidade de carros reflete-se também na quantidade de pessoas que vão despejar lixo à mata.

Ao início da Estrada do Robalo localiza-se o depósito de água, onde existem dois contentores, uns ecopontos e toda a gente aproveita para deixar ali o lixo. É obvio que o lixo que ali está não é culpa da Câmara Municipal, mas o acumular de lixo leva a que cada vez haja mais lixo acumulado. Tudo vai ali parar, desde frigoríficos, colchões, aquilo que nós sabemos que muitos múncipes fazem infelizmente.

À entrada da mata foi colocado há pouco tempo um acesso privado que todos os dias é rebentado, o dono fecha e aquilo volta a abrir, leva isto que a mata está constantemente cheia de lixo. Nós utilizamos um picadeiro da Quinta Grande que está localizado entre a zona da paisagem protegida e nos esforçamos quase todos os dias para tirar lixo que vamos encontrando, à volta das nossas habitações vamos tirando também o lixo, mas a acumulação de lixo é inacreditável. Os serviços camarários não entram dentro da mata para levantar este lixo e todas as noites ou mesmo durante o dia há o despejo desse lixo que depois pode ser documentado nas fotografias que eu vou deixar.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Uma questão que eu gostava de deixar é quando é que vamos ter esgotos naquela área? Nós somos cerca de 48 municípios que habitamos naquela zona, e temos todos lotes legalizados, não houve ali uma construção de base ilegal, durante todos estes anos, são lotes urbanos e penso que deve ser a única zona no Concelho de Almada onde não temos acesso a esgotos.”

5.2.2 – O Senhor Município Inês Pascoal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho à Assembleia Municipal apresentar a Carta Aberta por uma ciclovia ao longo da linha do metro para a Costa da Caparica.

O meu nome é Inês Pascoal, sou residente em Almada, e estou aqui em representação de um grupo de mais de cem pessoas que pedem o mesmo que eu.

Resumidamente, o que nós pedimos na nossa Carta, é que este projeto do prolongamento do metro para a Costa da Caparica, inclua uma ciclovia ao longo de todo o percurso junto ao canal da ferrovia, de modo a potenciar as deslocações ativas no Concelho que tanto precisamos quer seja a pé, quer seja de bicicleta.

Porque é que temos esta reivindicação? Porque ficamos a perceber que o Metro de Lisboa vai elaborar este estudo, que vai durar até 2026, e, portanto, é muito pertinente que seja incluído agora neste projeto, quer a mobilidade pedonal, quer a mobilidade em bicicleta, quer a mobilidade em transporte público.

Esta infraestrutura que nós temos no nosso Concelho, que foi construída em 2003, foi uma oportunidade perdida em promover mobilidades alternativas, e, portanto, o que nós temos neste momento são fragmentos de ciclovias dispersos pelo Concelho e as pessoas não estão a utilizar a bicicleta como poderiam estar.

Portanto, temos aqui uma rede ciclável que não está construída, temos uma promessa de duzentos quilómetros, e é uma oportunidade com este projeto e com este estudo que vai acontecer, de incluirmos mais alguns quilómetros de ciclovia no Concelho.

Também alertar que não queremos ciclo pedonais como tem sido feito em alguns locais, uma vez que estas infraestruturas colocam o peão em risco de segurança.

Esta reivindicação que nos juntamos para fazer, com duas associações de promoção da utilização da bicicleta a nível nacional, surge pela falta de investimento público que tem havido na mobilidade ativa em Almada, assim como pela falta de envolvimento pela população principalmente nos projetos de ciclovia, o que origina projetos maus e depois dificultam a utilização da bicicleta por quem quer utilizá-la.

O que pedimos neste momento é que a Câmara Municipal faça dentro das suas possibilidades, trabalho em conjunto com o Metropolitano de Lisboa, com TML, com as entidades competentes para que tenhamos uma ciclovia para a Costa da Caparica.

Esta Carta Aberta foi divulgada no início do mês nos jornais Almadense, Lisboa para Pessoas, Ambiente Magazine e Time Out e foi enviada por email para todas estas entidades, para que todas conheçam que muitas pessoas querem esta ciclovia.”

5.2.3 – O Senhor Município Augusto Flor:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu estou aqui em nome das Escolas do Desportivo da Cova da Piedade. E esta intervenção é uma intervenção coletiva que visa essencialmente, prestar informação aos autarcas do nosso Concelho e ao mesmo tempo convidar os autarcas do nosso Concelho para conhecerem os nossos projetos e se assim o entenderem associarem-se a ele.

O primeiro tem a ver com quatro debates que vamos realizar no âmbito das comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril e eu pedia ao Senhor Presidente a autorização para que os serviços pudessem distribuir estas pastas a



cada Representante dos Grupos Municipais, porque assim poderão acompanhar melhor a minha intervenção que já de si vai ser bastante rápida.

As Escolas do Desportivo hoje vêm aqui colocar para além da informação destes quatro debates, que são debates que vão trazer ao nosso Concelho personalidades nacionais que são aquelas que mais qualificadas estão nestas áreas, e, portanto, para além de ser distribuído em papel também já foi enviado para os serviços de forma digital.

Dez anos depois do 25 de Abril em 1974, um conjunto de pessoas do nosso Movimento Associativo, escreveram este livro. Portanto, apenas dez anos depois, foi feito o levantamento de tudo o que era o Movimento Associativo em Almada, Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. À data eram cerca de noventa e estão aqui devidamente identificadas. Portanto, nesse sentido, nós, as Escolas do Desportivo, entendemos que passados 40 anos deste livro ter sido publicado pela Câmara Municipal, está na hora de haver uma nova publicação, neste caso por altura dos 50 Anos do 25 de Abril. Portanto, convidamos todos os Órgãos Autárquicos, a associarem-se às Escolas do Desportivo e nos documentos que estão distribuídos vai toda a explicação.

Um segundo projeto que tem a ver com o seguinte: existem mais de 35 mil Coletividades em Portugal, muitas delas têm muitos problemas e muitos desses problemas são comuns às Coletividades. Aquilo a que nós nos propomos aqui em Almada, e para o país todo, é fazermos um estudo e fazermos de muitas das nossas Coletividades do Distrito de Setúbal, Coletividades âncora e Coletividades onde vamos estudar os problemas e onde eles vão ser testados para que sirvam de exemplo para o resto do país. Isto é um projeto muito importante para o Concelho de Almada, mas é também muito importante para o país.

Por fim, dizer que Almada vai ter um projeto que vai trazer uma nova disciplina académica, essa nova disciplina académica vai formar jovens e vai trazer muitos milhares de jovens para o Movimento Associativo.

Permita-me ainda que diga o seguinte: como munícipe eu recomendaria e agora do ponto de vista pessoal e não em nome das Escolas do Desportivo, que em futura revisão do Regimento desta Assembleia Municipal, pudessem rever esta situação. Porque nós vivemos uma democracia representativa e os Senhores são os legítimos representantes do povo, mas também há uma democracia participativa e essa democracia participativa é essencial para garantirmos a liberdade, a democracia e a participação das pessoas. Portanto, deveria de haver uma revisão deste Regimento.”

5.2.4 – O Senhor Munícipe Diogo Mira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na semana passada, num dos dias ensoleirados que temos tido, fui a uma rua perto da minha casa na Charneca de Caparica, nesta mesma União de Freguesias onde nos encontramos, e tirei uma fotografia a essa mesma rua. Já não é a primeira vez que o faço, já o fiz há alguns anos e gosto sempre de comparar e de refletir sobre as fotografias que tiro e que tirei.

Desta vez, não poderia ter ficado surpreendido com este resultado. Na foto antiga da rua via-se cor, via-se uma calçada completa e branca, sem buracos nem buraquinhos, via-se o caixote do lixo fechado, mas ainda que cheio e a luz do sol que refletia no branco da calçada iluminando uma rua tão bonita da Charneca de Caparica.

Mas ao olhar para a fotografia mais recente, deparei-me com a triste realidade que aquela já não era a mesma rua. O branco da calçada foi substituído por um cinzento-escuro, o lixo transbordava do caixote prejudicando a rua e os buracos na calçada passaram a representar um perigo para quem nela passa, especialmente para quem possui mobilidade reduzida.

Senhora Presidente em exercício e demais membros do executivo, Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia, esta realidade não se limita unicamente a esta rua, o Concelho de Almada está cada vez mais sujo e poluído e não são necessárias imagens do passado nem do presente, para conceber que Almada já não é limpa.

2-



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Desta forma, urge aos Senhores Eleitos, que procedam à limpeza do nosso Concelho, porque ele certamente merece melhor.”

5.2.5 – O Senhor Município João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Congratulo-me com a realização da Assembleia Municipal na Vila da Sobreda, porque durante todos os mandatos dos executivos cessantes, não se realizou uma única Assembleia nesta vila. Acontece que o atual executivo já realizou várias Assembleias nesta, esta situação demonstra que os Sobredenses e Charnequenses, deixaram de ser municípios de segundo plano, atualmente somos considerados cidadãos idênticos a quaisquer outros neste Município.

Começo por agradecer ao atual executivo deste Município, na pessoa da Senhora Presidente Inês de Medeiros, todo o seu empenho que tem demonstrado, bem como ao Presidente desta União de Freguesias, Pedro Matias, ambos têm sido um grande pilar na resolução de um sem fim de problemas, tanto em termos de mobilidade, como de outras situações, porque durante várias décadas fomos encostados para um beco sem saída, onde permanecemos até 2017, aquando da vitória de outra força política.

Termino, orgulhoso ao ver várias obras a decorrerem presentemente, tanto ao nível da Sobreda, bem como na Charneca de Caparica, significa isto que o atual executivo, já realizou mais obras em 6 anos de mandato que, os executivos cessantes, sendo lamentável a escassez de obras públicas, durante de mais de 4 décadas, nesta União de Freguesias.

Em tempo, acrescento também que, esses Senhores e Senhoras, que ainda não conseguiram encachar na sua mente que, a Sobreda deixou de ser um condomínio privado, de uma força política, desde 2017 e, nunca mais o será, seja ela qual for a força política, que governe este Concelho.”

5.2.6 – A Senhora Município Maria Joaquina:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naturalmente, que é para nós uma grande honra, podermos receber a Assembleia Municipal de Almada.

É realmente o Poder Local todo reunido, todos os seus Órgãos. E há um privilégio que isto possa acontecer no mês de abril, 50 anos depois. Se é coincidência, boa, mas as coincidências têm sempre alguma explicação, alguma coisa tinha de vir. Por isso, eu não me quero alongar, não vou falar nos problemas que existem, são muitos, mas não são para dois minutos e quero realmente é aproveitar esses dois minutos para saudar todos, para lhes dizer que, em cada dia da nossa vida, temos de viver o 25 de Abril, não é uma data para comemorar, é para viver todos os dias.”

5.2.7 – O Senhor Município Paulo Fernando Santos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui em nome da Associação das Colectividades do Concelho de Almada, estrutura descentralizada da Confederação Portuguesa das Colectividades, na qualidade de representantes do Movimento Associativo Almadense, compete-nos estar atentos e atuantes quanto a vida regular das coletividades, associações e clubes, mas também aos momentos mais difíceis da vida associativa. Estamos cá nos bons e maus momentos.

O assunto que nos traz cá hoje é Ginásio Clube do Sul.

É conhecida a situação da existência de um processo de insolvência que decorre da acumulação de um passivo elevado que pôs em causa a continuidade de um clube centenário que corre o risco de desaparecer.

Não obstante o esforço de um conjunto de associados, a solução que se procura, parece não ser consensual nem clara para a comunidade e por isso ter havido quem colocasse a questão a ACCA.



As perguntas que nos fizeram, demonstram uma eventual falta de informação aos associados, quer quanto as causas que estão na origem da situação, quer quanto as responsabilidades individuais e coletivas e sobretudo, às expectativas de curto, médio e longo prazo.

Não fazemos juízos de valor, porquanto não dispomos dos dados todos.

Haverá questões técnicas, financeiras e jurídicas que dizem respeito aos tribunais e quanto a essas, incumbe as entidades competentes pronunciarem-se.

Já quanto as questões associativas, entendemos ser de todo o interesse da ACCA, e por esta via do associativismo local, regional e nacional, conhecer o que se passa para podermos aprender a prevenir futuras situações.

interrogamo-nos sobre:

1º há quanto tempo teve início o processo de desequilíbrio financeiro, quais as causas, como foi acompanhado e que medidas foram tomadas? Existiu alguma interferência da CMA para evitar ou colaborar na resolução da questão? A Câmara estava ao corrente da situação financeira do Ginásio?

2º A Direção, enquanto Órgão executivo e o Conselho Fiscal, enquanto Órgão fiscalizador, mantiveram os associados regularmente informados e conscientes do agravamento da situação?

3º A Assembleia geral, enquanto Órgão máximo deliberativo foi sucessivamente informada e tomou posição, dando poderes a Direção ou Comissão Liquidatária para chegar ao ponto em que se encontra hoje? Houve algo que justifique a decisão tomada?

4º Existem atas ou outros documentos com valor deliberativo associativo que possam esclarecer estas questões?

5º No caso extremo de insolvência financeira e encerramento, o que acontecerá com o património material do Ginásio Clube do Sul?

Por fim, reiteramos a nossa posição de não fazer juízos de valor, mas não podemos aceitar que uma das nossas Colectividades centenárias seja encerrada ou arrastada para uma qualquer situação pouco clara sem ter em conta a componente associativa.

O Ginásio Clube do Sul não é pertença de um grupo de pessoas ou de entidades que mostrem interesse por ele. É pertença dos seus cerca de 600 associados que devem ter a palavra, ainda que seja a última.

Existem mecanismos estatutários e do Código Civil que devem ser respeitados a montante de qualquer decisão judicial com base em critérios exclusivamente financeiros. Os tribunais sabem disso, não podem ignorar e nós também não.

A história deste Concelho, nos últimos 175 anos, foi construída com a imprescindível colaboração do associativismo. Não podemos prescindir de um destes construtores como é o Ginásio Clube do Sul.

Agradecemos a atenção dispensada e aguardamos os contributos para os pedidos de esclarecimentos formulados."

5.2.8 – A Senhora Múncipe Patrícia Brito:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje estou aqui como professora do Agrupamento de Escolas de Monte de Caparica.

A minha vinda a esta Assembleia deve-se ao facto de ter tido conhecimento com surpresa sobre o encerramento da Escola Básica de Fonte de Santa e aos argumentos para o seu fecho.

Ao ouvir com muita atenção a intervenção da vereadora na última Assembleia do respetivo pelouro, confesso que fiquei estupefacta no que concerne às "Questões Pedagógicas" referidas.

O facto de ser a única escola com quatro anos de escolaridade por turma do Concelho e efetivamente achar que a mesma não poderá ser promotora do sucesso, leva-me a discordar da sua justificação, visto que existe uma diferença entre a teoria e a prática.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sendo eu professora há muitos anos, a grande verdade é que o sucesso total, apenas incide no 1º ano de escolaridade, pois por Lei e por salvas raras exceções todos os alunos transitam ao segundo ano de escolaridade e a partir daí até ao quarto ano de escolaridade, começa a espartilhar-se em vários níveis...chegando a ter não um, não dois, não três, mas quatro níveis de ensino dentro de uma sala, pois por uma questão pedagógica e salvo raras exceções, o aluno deve manter-se na mesma turma até ao final do 1º Ciclo, portanto, essa teoria, na minha opinião não é válida e não pode servir como justificação para o encerramento de uma escola.

A diferença entre a Escola Básica de Fonte Santa de tantas outras, é que estes alunos se encontram efetivamente matriculados nos anos que correspondem.

Grupos únicos ou contíguos, seria o desejo de qualquer professor, mas não é por aí que depende único e exclusivamente o sucesso de um aluno.

O sucesso do aluno não depende só de uma visão global da turma, mas sim de cada aluno individualmente.

Cabe ao educador/professor olhar de forma diferenciada, individualizada de acordo com as suas necessidades e ritmos de aprendizagem.

Atualmente um professor não promove só o sucesso escolar...é pai, é mãe, é psicólogo, é enfermeiro, ou seja, é aquilo que a criança/aluno necessita no momento.

O Sucesso escolar é importante, mas não é o mais importante.

O mais importante é o sucesso pessoal, pois certamente no futuro esse indivíduo será um adulto realizado a nível pessoal e profissional.

A forma como o Ministério da Educação tem tratado os professores e o ensino já não me surpreende, o que lamento profundamente é a posição do poder local em encerrar uma escola em que a heterogeneidade e a proximidade entre alunos e professores têm demonstrado vantagens significativas.”

5.2.8.1 – Nesta sessão os trabalhos foram interrompidos por não estarem reunidas as condições para a mesma. Essa interrupção deverá constar na ata nos termos da al. e) do n.º 3 do art.º 27.º do regimento.

5.2.9 – A Senhora Múncipe Sara Oliveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerar fazer constar que os trabalhos foram suspensos pelo Sr. Presidente (ao abrigo do disposto da al. e) do n.º 3 do art. 27.º do Regimento por forma a reunir as condições necessárias à boa condução dos trabalhos.

Retomando-se os trabalhos, continuou no uso da palavra a Senhora Múncipe Sara Oliveira que referiu:

Eu venho dar seguimento ao testemunho anterior.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que resido na Freguesia do Feijó e caso eu viesse a ter outro filho, era a Escola da Fonte Santa a minha Escolha. E porquê? Porque está provado que os primeiros anos de vida de uma criança são a base que irá moldar tanto a nível mental, como físico e a forma como no futuro um adulto irá viver a sua vida

O meu nome é Sara, tenho um filho, o Guilherme que frequentou a Escola da Fonte Santa até ao ano letivo 2019-2020, o meu filho sempre apresentou algumas diferenças naquela altura muito superficiais, no entanto, chegou a ser avaliado para o autismo, mais concretamente o Síndrome de Asperger sem nunca chegarem a nenhuma conclusão. E porquê? Por haver pouco interesse por parte da escola, por haver falta de atenção por parte dos professores e auxiliares? Não. O motivo pelo qual ele passou tão despercebido foi o facto de naquela escola ninguém ficar para trás. Todas as crianças são tratadas da forma que merecem e integradas, valorizadas,



ouvidas, com respeito pelas suas diferenças. O acompanhamento foi de tal forma positivo que só quando saiu da Fonte Santa para o 5º ano, foi diagnosticado não só com Asperger, mas também com dislexia. Algo que nunca ninguém tinha percebido, daqui podem tirar uma ideia de quão bom são os métodos de ensino, ao ponto de não se conseguir perceber que uma criança padece de dislexia e estamos a falar de avaliações médicas, feitas por neuropediatras e psicólogos. A maior dificuldade do meu filho e aquilo pelo qual mais tivemos de trabalhar a partir dos 10 anos de idade, idade em que saiu da Fonte Santa, foi o nível social, é um menino muito isolado com dificuldades em fazer amizades. No entanto, e mais uma vez, na Escola da Fonte Santa nunca o sentimos.

Ele tinha amigos, ele brincava, ele era integrado, porque na Fonte Santa ninguém fica de fora, não há pessoas sentadas em cadeiras a olharem para os telemóveis enquanto os meninos correm e brincam onde quiserem, há sim, auxiliares a correrem com eles, a jogar à apanhada ou às escondidas, a subirem às árvores e a jogarem à bola, até a professora faz parte da brincadeira das crianças.

Quanto ao aproveitamento escolar, posso dizer que foram cerca de 5 as crianças que foram do 4º ano da Fonte Santa e integraram-no numa turma de outras tantas crianças que provieram de outra escola. E posso vos dizer e provar que os melhores alunos daquela turma tanto a nível de notas como de comportamento, eram os meninos que vieram da Fonte Santa.

Os métodos da professora deveriam ser avaliados e aplicados a nível nacional, a forma de ensinar e agora tão importante o facto de obrigar os familiares a fazerem parte da vida escolar dos filhos, desde atividades a trabalhos feitos na escola, ou convidar familiares para darem uma aula de culinária, ciências, apresentação de profissões, contar contos entre tantas outras coisas.

A criação de um dia para os meninos poderem levar e apresentar aos amigos os seus animais de estimação, os meninos são medidos numa parede apontada a sua altura para que no final do ano consigam ver o quanto cresceram durante aquele ano escolar. Eu posso dizer-vos que no final de cada ano letivo, entrar na sala de aula da professora Catarina neste caso da Fonte Santa é como entrar num museu, onde existem variadas obras expostas pelos meninos.

Aquela escola deveria ser um modelo nacional, se este trabalho poderia ser feito em qualquer outro espaço? Se calhar sim, se calhar não. Será que compensa arriscar e fechar mais um estabelecimento de ensino que está provado que promove futuros cidadãos dignos desta palavra?

Para finalizar, no desporto diz-se que a equipa que ganha não se mexe, e esta equipa, a Escola da Fonte Santa, no seu todo é campeã nacional.”

5.2.10 – A Senhora Múncipe Catarina Nave:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estive presente na última Assembleia Municipal, como alguns presentes devem ter notado, fiquei muito atenta às justificações da Senhora Vice-Presidente, mas parte do que foi dito não corresponde à verdade.

Analisei atentamente cada frase e vim aqui manifestar e justificar o meu desacordo.

Falou que a Escola da Fonte Santa tem que encerrar por questões de segurança e qualidade das instalações e questões pedagógicas. As questões pedagógicas vou deixar para os pais falarem, pois eles são melhores avaliadores do que eu.

Partindo das instalações, foi aqui dito, que o telhado podia cair em cima das crianças. A minha questão é se o telhado podia cair em cima das crianças, por que razão a Câmara Municipal não tomou nenhuma medida para o arranjar?

Diz também que foi feita uma intervenção há pouco tempo. Eu estou lá há 18 anos, nunca dei conta dessa intervenção. Só se esse pouco tempo foi há mais do que este tempo. E quem lhe disse Senhora Vice-Presidente, que o telhado podia cair, mentiu-lhe.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Para terminar, foi também dito que é necessário olhar para o aluno e dar-lhe oportunidades de igualdade, pois Senhora Vice-Presidente, nas turmas em que dou aulas o meu cuidado é mais a equidade, aquilo com que me preocupo. Mas se houver dúvidas, sobre como se gera oportunidades de igualdade e equidade, estou disponível para mostrar.

Cito mais uma vez, aquilo não tem condições que uma escola normal tem, a minha pergunta: o que é aquilo? O que é uma escola normal?"

5.2.11 – A Senhora Múncipe Liliana Sousa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui em representação dos pais dos alunos da Escola da Fonte Santa, e alguns deles aqui presentes, outros não puderam estar por questões laborais e deixo aqui alguns testemunhos relativamente à Escola da Fonte Santa.

O meu nome é Svitlana e sou a mãe de (--) somos ucranianos e moramos no Monte de Caparica há 2 anos. O meu filho estuda no 2º ano e a Irina estuda no 1º.

Sem exagero a Escola da Fonte Santa tornou-se a 2ª família para os meus filhos graças à professora Catarina e às assistentes Vanda e Ana. Os meus filhos passaram por uma adaptação suave num novo país. O meu filho adora comer castanhas e a música favorita da minha filha é “O Povo Unido Jamais Será Vencido”.

É uma escola que está sempre aberta aos pais, é uma escola onde os alunos nunca se sentem sozinhos mesmo que não entendam bem o português, é uma escola onde não há greve, é uma escola onde o aluno recebe prémios pelos seus esforços. A grande vantagem desta escola, é que crianças de diferentes idades estudam juntas. A professora Catarina conseguiu organizar um processo educacional de tal forma, que todas as crianças são muito amigáveis e atenciosas umas com as outras o que é muito importante para todos. A Escola Fonte Santa é uma escola onde a professora dedica tempo para cada aluno, todos os dias. Eu sei porque eu vi.

Quando o meu filho teve problemas para aprender o português e a professora Catarina me chamou à escola para que eu pudesse traduzir as tarefas para o meu filho, fui à escola várias vezes por semana durante vários meses. Esta experiência fez muito pelo meu filho e é muito importante para a nossa família. Alguns meses depois o meu filho começou a falar português e se equiparou aos outros alunos. Essa experiência prova mais uma vez que o alto profissionalismo da professora Catarina para quem o resultado de cada aluno é importante.

Durante às aulas vi uma grande família, vi famílias felizes, crianças felizes e amigáveis. E uma equipa atenciosa e profissional. Fiquei impressionada como a professora Catarina encontrou a abordagem e as palavras certas para cada aluno. Não conheço nenhum defeito na escola. Na minha opinião a Escola da Fonte Santa é um exemplo para todas as outras escolas. Este é um lugar onde as crianças passam por uma adaptação suave ao mundo adulto. Uma escola que educa pessoas livres e felizes.

Mãe do Fernando e da Elisa, como mãe de um aluno e um ex-aluno, o que posso declarar que não é somente uma escola, vai muito além disso.

O que esta escola representa a nós pais, além de uma pedagogia espetacular, um ambiente diferenciado de aprendizagem, preparado e capacitado para crianças de diversas nacionalidades que chegam com muitas dificuldades. Aqui, nós pais, podemos ver objetivos conquistados, através do trabalho desta escola que fazem um acolhimento a famílias jamais visto em outras escolas. Um ambiente diferenciado em todos os aspetos, tanto na educação como no lazer.

Nós pais temos a oportunidade de poder acompanhar o trabalho dos filhos de perto numa sala de aula, algo que não é feito noutras escolas. Tenho essa oportunidade e privilégio. E o meu filho chegar com tantas dificuldades e desenvolver de forma surpreendente o que digo que foi um aluno Fonte Santa, quando o digo, o que ouço, é que os alunos do 4º ano desta escola são os mais bem preparados onde quer que cheguem.



Hoje ouço o meu dizer: “mãe, quem tira as melhores notas sou eu, a Isadora e o Arom na sala”. Não podemos permitir o encerramento de uma escola de alta qualidade como a Escola Básica da Fonte Santa, precisamos mostrar-lhes que é uma escola de referência e exemplos para todos.

Precisamos mostrar à Câmara Municipal de Almada, que o método de ensino que está a ser usado faz diferença na vida dos nossos filhos e de nós pais.”

5.2.12 – O Senhor Município Palmerone Souza:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vim aqui falar acerca da Escola Fonte Santa. Eu sou um ex-aluno, estudei lá há mais de 18 anos atrás.

Recentemente, fui visitar a escola e fiquei a saber desse facto, de que ela seria encerrada e eu não vejo a justificativa de ela ser encerrada, sendo que foi uma das melhores escolas onde estudei e até hoje considero a professora Catarina Nave como minha Professora e Ana, que sempre cuidaram de mim, sempre me deram educação plena e hoje eu sou o homem que sou, graças a elas. Elas fizeram parte da minha infância e são as únicas professoras que têm a capacidade de fazer o que elas fazem que é dar ensino em quatro matérias diferentes. Eu estive presente, foi sempre assim durante muitos anos.

Como vocês podem perceber pelo meu sotaque, eu nasci no Brasil, vim para Portugal com 8 anos de idade, fui estudar na Escola dela, onde ela está atualmente e agradeço muito a escola, é uma professora de qualidade, é um ensino de qualidade, e hoje agradeço muito a elas por eu estar aqui. E o homem que sou agora, foi por causa delas. Fica aqui o meu depoimento.”

5.2.13 – A Senhora Município Barbara Coelho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dirijo-me a vós para vos dar a conhecer o meu ponto de vista enquanto ex-aluna da Escola de Fonte Santa.

Enquadrando-vos temporalmente, fui aluna entre 2006 e 2010. Antes de mim, já duas gerações da minha família tinham por lá passado.

Costuma dizer-se que o 1.º Ciclo é o que mais marca os alunos e eu não fui exceção. Tive oportunidade de privar com as duas professoras mais exemplares que já tive, uma delas que lá continua e que hoje, tal como eu e tantos outros, luta contra o encerramento da Escola de Fonte Santa.

Posso dizer que contacto diariamente com alunos de escolas de todo o tipo e, em muitas delas, as crianças são encaradas como números. Na escola de que vos falo, isso não se verifica. Cada uma das crianças que por lá passa recorda-se dos momentos que lá viveu – sejam eles as mangueiradas no final do ano letivo, as caças aos ovos da Páscoa, ou ao dia das fotografias - e é recordada por quem lá fica.

Na hora de partir para o 2.º Ciclo, ingressei numa escola com 2000 alunos e nenhuma vez me senti menos preparada que algum dos meus pares, antes pelo contrário. A razão pela qual isto aconteceu? Durante 4 bonitos anos na Fonte Santa, observei muito, desenvolvi a curiosidade, foram estimulados a autonomia de pensamento e o espírito crítico, as regras de debate foram impostas logo no 1º ano e o contacto com alunos de outras faixas etárias, ensinaram-me a saber ouvir o próximo. Fui sempre incentivada a melhorar, a desafiar-me e a conhecer-me enquanto individuo e confesso que a exigência foi sempre elevadíssima. Atualmente olho para trás e reconheço que tive estes privilégios porque a Escola de Fonte Santa assim mo permitiu, porque a estrutura de pessoas que lá trabalham continuam a fazer de tudo para formar bons cidadãos em conjugação com bons alunos. Porque a Professora Catarina, a Ana e, de há uns meses para cá, a minha mãe têm o perfil perfeito para educar crianças.

Concluindo, a solução não é fechar e deixar mais um edifício público ao abandono. Útil seria utilizarem esta escola como exemplo, como referência a níveis municipal e nacional. Talvez seja esta a oportunidade para se focarem num caso de sucesso e tentar transpô-lo para as restantes escolas deste município, ao invés de o tentarem extinguir e, mais uma vez, apostarem na centralização de um serviço que serve com excelência toda



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

uma comunidade, que confia as suas crianças nos profissionais da Escola de Fonte Santa e que deseja continuar a ver os filhos crescer de modo orgânico e feliz.”

5.2.14 – O Senhor Município Martim Gonçalves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Boa noite a todos, agradeço a oportunidade de estar aqui hoje e vou aproveitar o tempo que me é dado para contar um pouco da minha história na Escola Básica da Fonte Santa da Caparica.

13 de setembro de 2010, um dia semelhante ao de hoje, segunda-feira, iniciava-se uma semana e uma nova etapa na minha vida. Era o meu primeiro dia de aulas na nova escola (a Escola da Fonte Santa). Acordei ansioso como seria esperado, porque estamos a falar de uma mudança de escola, com tudo o que isso implica, como o processo de fazer novos amigos, conhecer novos ambientes e ter uma nova segunda casa. E era mesmo isso que essa escola era, era uma segunda casa para mim.

Os anos passam, mas jamais consigo apagar da memória aquela que foi a minha receção, ainda nem estava dentro das instalações da escola, e já tinha imensos colegas a chamar-me “Martim, vem connosco”, e de repente todos os pensamentos e a ansiedade que sentia antes de sair de casa tinham desaparecido. Este é só um dos exemplos que posso dar sobre o trabalho da professora Catarina e da para nos sentirmos integrados. Eu não conhecia ninguém na escola e simplesmente toda a gente conhecia o meu nome, quando eu cheguei lá foi impactante para mim e permitiu quebrar algumas barreiras.

4 anos passaram a voar, repletos de vivências, que jamais esquecerei, desde a mangueirada que acontecia no último dia de aulas, a todas as vezes em que tinha intervalos maiores porque conseguia cumprir as tarefas que eram propostas pela professora Catarina a tempo. Hoje, dia 22 de abril, luto para que uma escola de excelência não feche, e principalmente luto por uma escola pública que proporcione tão boas ou melhores condições que um colégio privado.

Após 4 anos a estudar na Escola da Fonte Santa, tive a sorte de estar 8 anos a estudar num colégio que é uma referência neste Concelho a nível de exigência e a nível de resultados, e como tal posso afirmar que a qualidade do ensino na Escola da Fonte Santa não deixa nada a desejar porque cheguei lá e as dificuldades que eu senti foram zero, continuei a ser dos melhores alunos e diz muito não só da minha pessoa, mas também da professora Catarina e do trabalho que ela realiza todos os dias.

Durante todo o meu percurso escolar, ouvi professores de uma geração diferente da minha a defenderem a escola pública, principalmente pelo papel que esta tem como elevador social, e por permitir a todas as crianças lutarem pelos seus sonhos e, com empenho e ainda uma pitada de sorte, talvez dê para chegarmos onde mais desejamos, a empregos bem remunerados e uma vida digna, independentemente das nossas origens.

Peço por favor, enquanto ex-aluno desta escola, que analisem com atenção o exemplo que querem passar para as crianças desta geração, e qual o verdadeiro papel que esta escola pode ter, definindo exemplos para as restantes escolas do Concelho, desde a produtividade nas nossas escolas, a resolução de conflitos, e até ser uma escola que sirva de teste para alguns exemplos e projetos piloto, quer o Concelho, quer a nível nacional.

Obrigado, Escola da Fonte Santa da Caparica.

Termino com uma curta mensagem, que foi: uma vez, eu não tive a oportunidade de visitar a escola durante muitos anos, e há cerca de 4, 5 anos atrás, fui a uma pastelaria perto da minha casa e encontrei a professora Catarina, e eu nunca tinha tido uma professora que olhasse para mim passados 4 ou 5 anos, e que abraçasse a mim a chorar, e se isto não diz muito sobre a escola e sobre a professora que ela é, então não sei.”

5.2.15 – A Senhora Município Sandra Pinto:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui presente hoje para falar sobre a escola da Fonte Santa e sobre o seu possível encerramento.



Eu sou professora de apoio educativo no Agrupamento de Escolas do Monte da Caparica e quando me disseram que iria acompanhar a turma de 1º Ciclo da Escola da Fonte Santa e que a mesma era composta por 4 anos, eu fiquei preocupada, porque achei que já não se constituíam turmas assim desde o 25 de abril.

Mas ainda bem que existem, e ainda bem que existem professoras como a Catarina Nave.

Nesta escola, os mais velhos, ajudam os mais novos, incentivam-nos a fazer mais e melhor e têm a responsabilidade de saber fazer para conseguir ajudar o outro, parece absurdo, mas não é, há uma constante consolidação do que já foi aprendido e é maravilhoso, também, ver os alunos mais novos a falarem de temas que ainda nem deveriam conhecer. Onde está a desvantagem desta turma mista? Funcionaria sem a professora Catarina? Provavelmente não! Na equipa vencedora não se mexe, sempre ouvi falar. Todo este trabalho podia ser realizado noutra escola, caso esta escola feche? Claro que não!!! Noutra escola, não há turmas com 4 anos, não há um recreio para apenas 50 crianças brincarem em segurança, não há o mesmo cuidado e a mesma atenção, comparando com outras escolas frequentadas por 200 ou 300 alunos e quem diz o contrário não sabe o que diz ou é tolo. Quantos pais não queriam ter os seus filhos nesta bolha, nesta escola familiar?

Em relação ao estado da escola, de facto já necessita de algumas obras, tal como tantas outras escolas do país. Se põe em causa a segurança das crianças, não, claro que não! As casas de banho viradas para a rua! Caríssimos senhores, quantas escolas centenárias, que ainda hoje funcionam, têm as casas de banho viradas para a rua? Este é um motivo real de preocupação?

Uma escola situada numa zona de periferia como é a Fonte Santa, o fecho compulsivo desta escola significa o parar de toda uma economia circular, de uma zona já por si abandonada que ainda usufruiu à data de hoje de algum movimento que potencia o pouco comércio local que existe, (cafés, oficinas), o fecho da escola agravará o já pesado esquecimento de uma zona que tem neste estabelecimento de ensino o seu único motivo de entrada e saída de pessoas na Fonte Santa. Dá que pensar!

Crianças que residam no porto Brandão, deslocam-se a pé até à Fonte Santa, ou terem de se deslocar até ao Monte de Caparica, ou até ao Raposo, não será decerto a mesma coisa e muita diferença fará para crianças que em alguns casos vêm a pé desde o fundo do Porto Brandão até porque como sabemos, até os transportes públicos nesta zona são insuficientes.

Espero sinceramente que o encerramento da Escola da Fonte Santa seja apenas uma proposta que continue na gaveta e que não saia de lá durante muitos anos.”

5.2.16 – O Senhor Município Arnaldo Leite:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em novembro de 2018, perante a digna Assembleia Municipal de Almada, viemos defender a premente necessidade de ser concretizada a ligação, por túnel imerso, entre a Trafaria e Algés, para trânsito rodoviário e prolongamento do Metro Sul do Tejo até à outra margem.

A nossa intervenção, ao momento, embora tenha sido alvo de opiniões contraditórias, cumpriu a seu objetivo pelo facto de ter trazido a colação este assunto, que o futuro se encarregou de potenciar, como o sentem todos os que têm de enfrentar, diariamente, a travessia, quer pela ponte quer por via fluvial.

Sensível à demanda, desde logo a Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, se disponibilizou para nos apoiar e, exclusivamente, em termos logísticos, que fique bem claro, nos acolheu na Casa das Associações e nos tem disponibilizado as suas instalações, onde concentramos a maioria das nossas conferências e debates.

Muito graças ao apoio do Executivo daquela União de Freguesias, afirmarmos a nosso propósito e a nossa determinação viabilizando, em junho de 2020, a Associação Promotora Mobilidade Tejo, que defende a melhoria das condições de mobilidade e da qualidade de vida da população almadense.

A nossa Associação dispõe de uma equipe técnica, especializada ao mais elevado nível, que tem vindo a defender e cada vez de forma mais premente, necessidade da construção do túnel imerso.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

As alterações ao regime laboral, relativamente a flexibilidade dos horários e ao uso do teletrabalho, resultaram que, das 160.000 viaturas diárias, passássemos para 140.000.

Contudo este número apresenta-se como será tendência de subida e, portanto, voltando a afastar-se ainda mais das 80.000 viaturas diárias para que a ponte foi projetada.

Nem o reforço da capacidade dos transportes públicos logrou baixar esta tendência que é efetiva.

A ponte necessita de consideráveis obras de recuperação.

Quando isso acontecer, muito provavelmente, o tráfego baixará para menos de 80.000 viaturas por dia.

E impossível imaginar as consequências de um verdadeiro caos que se instalará diariamente e como isso se irá refletir na vida dos nossos cidadãos e na economia.

Esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, a necessidade desta travessia. o Executivo antecipou esta aprovação com o mesmo propósito.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal desdobrou-se na fundamentação deste empreendimento e, desde a primeira hora, nos deu todo o apoio e nos incentivou a prosseguir, mesmo quando outros responsáveis desvalorizavam a sua necessidade.

A Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, continua a acreditar no nosso trabalho e no nosso empenho, animando-nos a prosseguir nesta difícil demanda que, infelizmente, parece passar ao lado de quem, depois de chegar a casa no final do dia, logo se esquece que, no dia seguinte, enfrentará as mesmas dificuldades.

Voltamos hoje a esta Assembleia para, publicamente, agradecer aos Senhores Deputados, ao Executivo, à Senhora Presidente, e ao Executivo da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, aqui representada, todo o interesse e envolvimento nesta causa e, mais uma vez, pedir-lhes que reforcem o vosso apoio, para que esta obra tão necessária e urgente, venha a ser concretizada com a reconhecida brevidade."

5.2.17 – O Senhor Município Ricardo Martins:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui em representação da Escola Fonte Santa, e passo a citar um pequeno texto feito por um encarregado de educação que não pôde estar presente ao dia de hoje.

Este encarregado de educação escreve: A Escola de Fonte Santa, foi uma escola onde estudei e escolhi em inscrever os meus 3 filhos. Esta é a única escola que tenho conhecimento que trabalha com diferentes anos escolares, dentro da mesma aula.

Acredito que a partilha da mesma sala de aula, mesmo em anos diferente, ajudou os meus filhos também a serem mais corajosos a falarem em público e desenvolverem muitos outros talentos com o apoio dos irmãos que começava dentro de casa.

Durante todo o caminho até à escola e dentro da sala de aulas. Um apoio expresso muitas vezes pelas palavras: "tu consegues, eu vou lá estar, eu ajudo-te, não tenhas medo, é mais fácil do que parece, se não entendes eu explico-te de outra forma". Eles estudam juntos, ensinam-se uns aos outros, fazem trabalho e projetos em conjunto, desenvolvendo o trabalho em equipa e apresentam projetos que orgulhosamente fizeram em conjunto.

Para mim, a sala com os alunos de diversos anos, não são prejudiciais, muito pelo contrário, é um método diferente de outras escolas certamente, mas existe beleza na diferença. E crianças para as quais essa diferença é benéfica. É essa oportunidade de liberdade de escolha de aprender de forma diferente, não deveria de ser retirada às crianças.

A Escola de Fonte Santa em seu ambiente familiar, com um olhar para as crianças enquanto indivíduos, com histórias e necessidades diferentes, abraça as diferentes idades, culturas e religiões.



O método de ensino da escola oferece a oportunidade de as nossas crianças crescerem com a admiração de uns pelos outros, com os cuidados de uns para os outros, e com o respeito de uns para os mesmos.

É um trabalho também de formação de indivíduos que não olham apenas para si ou para a sua fase de vida, mas que desenvolvem um olhar pelo outro, um instinto de ajuda aos mais novos e aos que apresentam um nível diferente de dificuldade de desenvolvimento também de capacidade de transmitir conhecimentos.

Não fica apenas pelas matérias relacionadas em sala de aula, estas diferenças aplicam-se também nas formas como se relacionam as crianças também entre si.

Eu queria agora aproveitar e terminei de ler esta citação, fazer uma abordagem própria minha, enquanto criança que cresci no Monte de Caparica e foi com grande admiração que soube do fecho desta escola e tive a oportunidade de ver a intervenção da Senhora Vice-Presidente Teodolinda Silveira, e fiquei um pouco perplexo quando continuo a ver ou perceber, que o executivo camarário continua a tomar decisões sem qualquer tipo de consulta pública. Com toda a certeza quando fizeram a revisão da nova Carta Educativa, que foi aprovada em setembro de 2023, com toda a certeza, não consultaram os moradores de Fonte Santa, muito menos os moradores do Porto Brandão, o que é que eles preferiam.

Eu pessoalmente, da memória que tenho do Porto Brandão e de Fonte Santa e desculpem as pessoas que lá moram, vou ser grosseiro, aquilo sempre foi um buraco, e aquela escola é algum do movimento que aquela zona tem, e na minha opinião esse movimento compulsivo daquela escola, é trazer a uma zona já esquecida a morte anunciada.”

5.2.18 – A Senhora Múncipe Vanda Gonçalves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou em representação de alguns encarregados de educação, que por questões laborais não podem estar presentes.

Pai do ex-aluno Augusto, que frequentou o 4º ano na Escola Fonte Santa. Com tantas dificuldades de aprendizagem, que ele saiu da escola para outra escola. Graças aos profissionais que a Escola da Fonte Santa tem, ele saiu bem preparado para o 5º ano. E a minha filha que está a estudar no 1º ano nesta escola, com o nível de aprendizagem que ele já adquiriu, não tem como comparar com outros alunos das escolas que eu já conheci.

Nós encarregados de educação, queremos futuros dos nossos filhos nesta Escola da Fonte Santa.

Mãe da Sofia Nascimento, que é uma aluna da Escola Básica da Fonte Santa. E venho deixar o meu testemunho como mãe, porque essa escola não pode fechar. A Sofia é uma criança especial e foi muito bem-recebida na escola, sempre tratada com muito respeito que todas as crianças merecem, independentemente de serem especiais ou não.

Portanto, a Sofia durante este período já conseguiu muitas conquistas, antes não alcançadas. Ela é seguida por especialistas e terapeutas desde os dois anos de idade. A escola fez toda a diferença na aprendizagem e conquistas dela. Porque nunca deixaram de acreditar na criança especial que ela é. A Escola Básica de Fonte Santa, tem profissionais de excelência e muito humanos, que acompanham o desenvolvimento de cada criança individualmente. É uma escola diferenciada que contribui para o desempenho das crianças que lá frequentam.

Eu, mãe da Sofia e que tive muitas experiências em outras instituições, peço que avaliem o não encerramento da escola. Na vida da Sofia como de outras crianças de lá.

Mãe do João Pedro, ex-aluno da Escola da Fonte Santa. Desde já é com muito gosto que deixo aqui a minha opinião. O João e nós os pais, amamos os 4 anos que ali estudou na Escola da Fonte Santa e o colhimento, empatia e ensino não poderia ser melhor. Sou muito grata à professora Catarina, e demais profissionais que fizeram muito pelo meu filho. O João costuma frequentar a Fonte Santa, sempre que possível, a professora Catarina sempre exigiu o melhor do João e ele sempre muito avançado nos estudos, será sempre grato e nunca terei como agradecer o suficiente.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mãe do Tyler. A Fonte Santa tem sido uma escola extremamente valiosa para mim e para os meus 3 filhos. O cuidado e a dedicação individuais demonstrados pela professora e por todos os funcionários, são incomparáveis. Perder uma escola tão maravilhosa seria uma vergonha terrível, não só para todas as crianças que atualmente frequentam a escola, mas para todas as futuras crianças que poderão ter a oportunidade de fazer parte de algo tão único e especial.”

5.2.19 – O Senhor Município Mário Silva Marques:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Mário Marques, sou morador das Terras da Costa e tenho registos adquiridos da minha família desde 1855. Gostaria de começar por fazer a pergunta que não quero calar e à qual ninguém responde. O que vai ser de nós, os moradores, das suas casas e das suas terras?

Em todos os discursos a Senhora Presidente diz que manter os agricultores que já cultivavam as terras há muito tempo, mas não refere nada sobre as suas habitações. Se calhar vai nos dar uma barraquinha de madeira sustentável.

Passando para outro ponto, falando do projeto Agroparque, referem que não irão construir nada nas Terras da Costa, mas, depois referem um pavilhão supostamente de apoio aos agricultores, com casas de banho secas que não é bom nem para as pessoas, nem para as terras em redor.

Outro pormenor, o pavilhão marca no meio do campo de um cultivo e não refere as infraestruturas de estradas para os veículos irem buscar e levar mercadorias.

Referem também um parque de Skates, como apoio ao desporto. Isso não teria de ser feito onde as pessoas fazem desporto junto às praias onde fizeram outros aparelhos?

Esse dito parque confirmado por um senhor Autarca em reunião. Mais uma construção, menos um terreno de cultivo e outras coisas mais que se houve falar.

Depois eu olho para o discurso da Senhora Presidente que diz que não se vai construir nada nas Terras da Costa, porque isso é para os agricultores. Depois olhamos mais uma vez para os projetos anteriores que havia para as Terras da Costa e vê-se plenamente a intenção da Câmara Municipal de Almada nunca foi e nem será ajudar os agricultores, mas sim a construção.

Pois um país que pode até estar à beira de uma guerra e um mundo que anda a falar e a ensinar as nossas crianças sobre sustentabilidade e preservação ambiental, querem tirar e destruir quem cultiva e trata das Terras da Costa.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP), João Eduardo Geraldes (CDU), Inês Pizarat Bom (BE), Luís Filipe Palma (CDU), a Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira, a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira, o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como já foi referido o tempo que nós dispomos não nos permite abordar todas as situações de todos os municípes, mas permitam-me congratular todos da sua presença aqui hoje, a dois dias do 25 de Abril.

É o sinal da qualidade da nossa democracia, que me permite estar aqui hoje e estarem vocês a falar e a dizer o que pensam.

Relativamente aos processos que nos trazem hoje.

Senhor Município Arnaldo Leite, concordamos perfeitamente consigo, por esse motivo o CHEGA hoje trouxe novamente a proposta do túnel, para que seja rapidamente entregue ao novo Governo. Sabemos que já passou nesta Assembleia Municipal e que já teve a aprovação, mas o Governo mudou e nós queremos que ela o mais



rapidamente possível ela seja entregue ao novo Governo e como tal nós trouxeamos a esta Assembleia Municipal novamente, para ser aprovada.

Relativamente aos munícipes que se queixaram do sujo e do lixo. Infelizmente, em todas as Freguesias continua a ser uma queixa. A limpeza das nossas ruas, a limpeza da nossa cidade não está em condições, gasta-se mais dinheiro, mas o resultado não é satisfatório e claramente há algo que está a falhar em termos camarários e mesmo com a delegação de competências algo não está a ser feito na sua plenitude.

Relativamente ao assunto da Escola da Fonte Santa.

Poderíamos começar pela escola que fechou em 1990, no Porto Brandão, que era uma escola central na rua 1º de Maio, fechou, foi para obras e nunca mais abriu. Uma escola com 4 salas, que é um edifício devoluto, neste momento abandonado no Porto Brandão. Edifício devoluto, que difícil é encontrar edifícios em uso, difícil é encontrar infraestruturas no Porto Brandão e Fonte Santa, a funcionar. E neste momento, a informação que temos, é: “vamos fechar esta escola, vamos tirar esta escola da comunidade”.

Mas basta falar com as pessoas, basta falar com os moradores, basta falar com quem lá está, e vê o serviço de continuidade e de apoio, que esta escola dá à comunidade. O apoio, a comunicação, o ensino, a forma como integram os mais idosos com os jovens, com as turmas, é como exemplo.

A escola efetivamente precisa de obras, mas as obras começaram agora? Os problemas começaram agora? Em sete anos este executivo estava à espera das obras para poder fechar uma escola, ou será que o terreno é apetecível para o Innovation District?”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero agradecer a presença dos munícipes aqui em Almada, nesta Assembleia Municipal, e que demonstram aquilo que é a verdadeira liberdade, a verdadeira participação que é o espírito do 25 de Abril.

Depois começo a minha intervenção Senhora Vereadora, em substituição da Senhora Presidente, a questionar o que é que vai efetivamente fazer com a Escola Fonte Santa. Esta mobilização maciça dos pais e alunos da comunidade escolar, é bem um espelho e é sintomático, daquilo que tem de ser uma decisão acertada naquilo que é um problema criado pela Câmara Municipal.

E dizemos problema, porque pelos vistos, foi uma decisão tomada no gabinete e porventura alguém que desconhecia a escola ou alguém que não está capacitado, se calhar, para tomar este tipo de decisões e encerrar uma escola sem ouvir como aqui foi dito e/ou auscultar aqueles que são e aquela que é a comunidade escolar local.

Depois, Senhora Vereadora, aliás, nós ouvimos aqui as declarações de pais e de alunos, de ex-alunos, onde é uma escola que tem sucesso, com resultados e, portanto, mais uma vez perguntamos Senhora Vereadora, vai e pretende manter a decisão de encerrar a escola?

Para ir terminando Senhora Presidente, dizia-se que a paixão para o PS era a educação, será que esta paixão se mantém, será que, nomeadamente, a paixão é encerrar escolas?

Senhora Vereadora, aquilo que o CDS solicita aqui perante esta Assembleia Municipal e perante aquilo que ouvimos hoje, é que recuo e tome decisões acertadas e adequadas para este mesmo imóvel.

E pegando nesta questão Senhora Vereadora, caso efetivamente, venha a encerrar a escola, para que finalidade é que vai utilizar o imóvel? Ou irá ficar perdido e devoluto como há muitos pelo Concelho e pelo país fora, que são pertença quer do Estado, quer das Autarquias? Tem algo que possa rejuvenescer este espaço?

Para terminar, o CDS absteve na Carta educativa e de qualquer forma a Carta Educativa é muito mais que o encerramento de uma escola.”

5.3.3 – A Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira:

2.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo pelo Senhor Município João Leandro. Dizer-lhe que, obviamente, não tenho aqui informação, mas penso que já terá tido até contacto com os serviços que aqui estão presentes e lhe terão dado mais algumas explicações, aquela que eu já conhecia tinha a ver com os 7 contentores, que por razões do cabo estar muito baixo e ser preciso retirá-los e da dificuldade da viatura da recolha em chegar aquela fase, foram retirados. Já houve uma tentativa de pôr noutro sítio, penso que, há ali uma questão da E-REDES e só com a E-REDES a mudar o sítio dos cabos é que poderemos equacionar uma situação diferente, mas penso que, já terá tido também relativamente às outras questões, informação dos serviços que estão aqui presentes e senão facultar-lhe-ei para que possa ter ou eu própria lhe darei as outras respostas.

Quanto ao Senhor Município Augusto Flor. Saudá-lo pelas iniciativas que tanto quanto eu consegui perceber na curta intervenção, têm a ver com a celebração dos 50 anos do 25 de Abril, com a valorização do Associativismo, recebemos o dossier e com certeza que será possível podermos estar presentes nalguma destas iniciativas que irão levar a cabo nestes debates e nestas celebrações.

Relativamente ao Senhor Município Diogo Mira. Não fiquei a perceber qual era a rua, portanto, admito que tenha toda a razão, mas não consigo dizer-lhe se há alguma razão especial, se não há, de facto nós temos um Concelho difícil, não vou entrar aqui em detalhes, temos um Concelho difícil em termos de higiene urbana, é efetivamente um Concelho difícil e, portanto, há sítios uns melhores, outros piores, mas este aqui não lhe posso dar nenhuma explicação especial, porque fiquei sem saber exatamente onde era, apenas que era na Charneca de Caparica, tanto quanto percebi.

Agradecer o Senhor Município João Rocha as palavras dele. À Senhora Município Dona Maria Joaquina também.

O Senhor Município Mário Marques, a Senhora Presidente não está cá para lhe responder, eu apenas lhe posso reafirmar tudo aquilo que foi dito na última reunião, que previamente às operações houve reuniões abertas a todos os moradores e com a presença da própria Senhora Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Vereador que tem a habitação que hoje também aqui não está, senão daria talvez informações mais precisas, mas eu penso que elas foram dadas na última reunião, o relatório prevê o realojamento de todos os moradores do núcleo precário, desde que estejam recenseados no levantamento que foi feito em 2023, que residam nas construções que foram recenseadas e que não possuem alternativa habitacional. Mas isto já foi tudo dito aqui pela Senhora Presidente da Câmara Municipal na última reunião.

Foi já concluída a primeira fase do realojamento abrangendo 12 famílias e sendo que os únicos agregados não realojados dizem respeito a um agregado unifamiliar que faleceu e a um agregado que não respondeu a nenhum dos pedidos que foi feito de apresentação dos documentos.

Reafirmar que todos os agregados que residam e residem nas Terras de Abreu e Lelo Martins e que não têm alternativa habitacional, estão ou serão incluídos no processo de realojamento.

O armazém agrícola demolido na sequência da demolição no local, após os realojamentos tratava-se de uma construção ilegal em terrenos municipais. O agricultor que explorava este armazém interpôs uma providência cautelar e que prosseguirá o seu caminho. Mas em termos genéricos eu penso que estas informações já tinham e que temos que esperar o decorrer do tempo.

Relativamente, ao conjunto de intervenções que aqui ocorreram sobre a Escola da Fonte Santa, eu não vou repetir a minha intervenção da reunião anterior, onde demos as razões por que a respetiva escola foi integrada no movimento todo ele de revisão da Carta Educativa, que teve uma grande discussão e que efetivamente, perante o ponderar de várias situações, foi não esta só, que não foi a única, foram 3 ou 4 situações equacionadas e foram resolvidas desta forma.

Mas eu queria aqui para além disso, porque penso que todos os outros argumentos eu já os dei na última reunião, queria dizer-vos que sou professora no Concelho de Almada há 30 anos, conheço bem quase todas as escolas de Almada, e considero que é de uma profunda injustiça algumas afirmações que aqui foram feitas. Há muito boas escolas no Concelho, e aquilo que eu tenho para dizer, é de facto, quando falo com as pessoas,



terminam sempre a conversa dizendo: “é uma escola modelo”, estando eu enquanto profissional de educação, convencida que as mudanças na educação não se fazem por Decreto-Lei, mas fazem-se exatamente, por contaminação e recriação de boas práticas, e tendo em conta que os meninos que estão na Fonte Santa, vão todos com os seus professores e funcionários para a escola onde vão ser integrados, eu só posso esperar é que efetivamente a escola para onde vão, possa abranger aos meninos que lá estão um modelo de sucesso que a Escola da Fonte Santa tem.

Queria apenas que, relativamente à questão do Ginásio do Sul, passar a palavra à Senhora Vereadora Francisca Parreira.”

5.3.4 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota que foi com agrado naturalmente, que ouvi aqui a intervenção do representante da ACCA, da Associação de Coletividades do Concelho de Almada, o Senhor Paulo Santos.

Gostaria imenso que, se ele assim entendesse, esta sua intervenção fica gravada, mas gostaria de a ter em formato papel, para em tempo útil poder promover todas as respostas às perguntas que aqui deixou que são amplas e diversas, mas que pela sua própria natureza, pelo menos têm duas condições.

Algumas das perguntas se me permitir, são perguntas dirigidas à Câmara Municipal que ela naturalmente não poderá responder pela natureza das coisas. Elas não podem nem devem ser dirigidas à Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal não possui nem a missão, nem os dados suficientes para responder.

A outra natureza relativamente às perguntas que aqui coloca, poderá haver algumas em que naturalmente o Município é e deverá ser promotor de uma resposta. Portanto, apresenta um nível de perguntas que competem à Câmara Municipal e outro nível de perguntas que não competem naturalmente, à Câmara Municipal responder.

Portanto, gostaríamos em boa verdade, de ter todas essas perguntas para também, de forma fina, podermos naturalmente perceber o que é que nos compete em termos de resposta e qual é a avaliação que podemos fazer para lhe dar uma resposta séria.

Depois diz naturalmente também, nessa sua intervenção, do que retive e neste momento posso informar publicamente que, o Ginásio Clube do Sul passa neste momento uma situação muito difícil, é naturalmente uma entidade do Concelho e Coletividade que respeitamos imenso, centenária, com muito trabalho feito na nossa comunidade, e a Câmara Municipal não poderia dar outro nível de resposta que não fosse e assim estamos empenhados de forma séria, que estamos muito preocupados e preocupadas, com a atual situação do Clube e seremos naturalmente também cooperantes, participativos, no sentido de encontrar uma solução também para aquilo que hoje o Ginásio Clube do Sul vive.

E nesse sentido, tendo tomado conhecimento muito recentemente, de que o Ginásio estaria em situação de insolvência, pelo que posso lhe dizer são os dados que neste momento me permito trazer a público, posso lhe dizer que temos já reunião agendada com a Senhora Administradora da massa insolvente. É o que posso neste momento detalhar, em função daquilo que também será o processo de evolução e o Município está preocupado com o Ginásio em si e quando digo que está preocupado com o Ginásio, está preocupado com aquilo que o Ginásio representa, está preocupado com a atividade desportiva, com a atividade de lazer, com a atividade cultural, com os atletas, com as famílias e os projetos de vida que esse mesmo Ginásio envolve e, portanto, em tempo útil, saberão naturalmente, que tipo de avaliação o Município e Câmara Municipal faz relativamente a esta situação.”

5.3.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, pedi a palavra para saudar a luta dos pais encarregados de educação, das professoras, dos ex-alunos da Escola da Fonte Santa. Das 10 intervenções que houve esta noite nesta sala e outras tantas por



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

interpostas pessoas, que vieram aqui uma vez mais, é a segunda vez, colocar claramente uma questão que a nós se assemelha, está a ser erradamente equacionada pela Câmara Municipal.

Quando depois destas 10 intervenções, legitimamente esperaríamos que a Senhora Vice-Presidente, com algum bom senso dissesse: “alto! há aqui qualquer coisa seguramente, que me está a escapar, há aqui qualquer coisa seguramente, que nós não avaliamos convenientemente”, e pensasse, pelo menos pensasse em ouvir as pessoas e falar com as pessoas, não! A Senhora Vice-Presidente diz que não repete aquilo que já disse, mas reafirma aquilo que já disse, mantém-se na sua verdade absoluta, e invoca os 30 anos de experiência que tem como professora, como se os outros todos à sua volta, não tivessem também experiência de ensino e não tivessem outro tipo de experiências.

Senhora Vice-Presidente, queria deixar aqui um conselho, alguma humildade, alguma humildade no tratamento das questões pelas quais a Câmara Municipal é responsável, não fica mal a ninguém, muito menos a este executivo.

A segunda questão que eu gostaria aqui de colocar, tem a ver com a intervenção do Senhor Município que falou sobre a questão da Travessia Trafaria-Algés, para clarificar só uma questão, o que esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, foi o estudo da possibilidade de construção de uma Travessia, não se fala sequer em túnel, é uma travessia entre a Trafaria e Algés.

A CDU tem uma posição muito clara relativamente à questão das travessias na Área Metropolitana de Lisboa e que sempre considerou e continua a considerar, que a travessia prioritária é a Travessia Chelas-Barreiro. E continua a ser essa que é necessário construir e o mais rapidamente possível. A CDU concorda que se faça o estudo para uma eventual 4ª travessia, mas esta Assembleia Municipal não aprovou a construção da 3ª Travessia entre Algés e a Trafaria.

Finalmente, queria apelar ao Senhor Presidente, que consultando os registos e os arquivos desta Assembleia Municipal, nos informasse se possível já amanhã, quantas reuniões desta Assembleia Municipal se realizaram na Freguesia da Sobreda e mesmo nesta casa.”

5.3.6 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de mais eu quero saudar esta sala cheia, que bom que é termos tido Assembleias tão participadas nos últimos tempos, e que bom que é voltar a ver esta Assembleia tão cheia de pessoas que vêm a esta casa exigir o seu direito de serem ouvidas.

Queria começar por saudar a Senhora Município Inês Pascoal que veio apresentar a Carta Aberta para a ciclovia, junto à linha do metro, que nós também defendemos.

Dizer que de facto, o que foi aprovado nesta casa foi um estudo sobre a Travessia Algés-Trafaria, e que o que os estudos têm indicado é que essa travessia não irá diminuir o número de carros na Ponte 25 de Abril pelo contrário, irá aumentar esse número e, portanto, não será uma solução muito viável.

Quanto à questão da Escola da Fonte Santa, já na outra reunião da Assembleia Municipal, tive a possibilidade de intervir sobre isto e de facto a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira continua a dizer que não são só estas as situações, são outras situações, são várias as situações, mas continuamos sem perceber muito bem quais são as situações, e, portanto, aquilo que se impõe é questionar porque é que a escola vai fechar? E perante esta pergunta foram-nos elencadas duas justificações.

A primeira uma justificação pedagógica, e que segunda a Senhora Vereadora, a escola vai fechar porque tem 4 anos em simultâneo a serem lecionados. Eu sei que a Senhora Teodolinda Silveira como acha que tem 30 anos de experiência no ensino e disse isso na última Assembleia, parafraseando: “a mim não me ensina nada”. É uma postura que eu acho que devia rever, nós estamos sempre a aprender na vida e devemos ter essa postura de constante aprendizagem e acho que a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira devia aprender sobre novas práticas pedagógicas sim, se quiser eu recomendo-lhe alguns autores, tenho a certeza que há aqui pessoas que



também lhe recomendarão e, portanto, essa não é uma justificação válida, vamos então à segunda, a justificação das infraestruturas, com aqui já foi dito e desmontado tão bem, de facto, essa também não é uma justificação e se é então é responsabilidade da Câmara Municipal, não ter intervindo mais cedo para que essas questões não se colocassem ao dia de hoje.

Portanto, esta postura da Senhora Vereadora vai ao encontro da postura que este executivo tem tido de uma soberba, de uma prepotência de costas voltadas para as populações, de falta de diálogo com as pessoas que demonstra de facto, de não ter capacidade de relação e de empatia com os munícipes e que deixa muito a desejar.

Por isso, eu queria mias uma vez saudar a vossa luta, dizer que é mais do que justa e que aqui estaremos para fazer de tudo o que pudermos para que a Escola da Fonte Santa não feche e tenha um futuro tão ou mais sorridente do que o passado que é tão bonito e que devemos saudar.”

5.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer-vos que aquilo que foi trazido hoje aqui pela Escola da Fonte Santa merece uma reflexão. Merece uma reflexão do ponto de vista político e merece uma reflexão do ponto de vista pedagógico. E refiro-me, em primeiro lugar ao pedagógico, encontram-se nesta sala algumas pessoas com conhecimentos, que sabem perfeitamente que muitas vezes teorias temos muitas, mas depois na prática é que nós mostramos aquilo que fazemos.

E já percebemos que da parte deste executivo, ouvem, mas não escutam e muito menos atuam.

Portanto, aquilo foi trazido hoje aqui pela Escola da Fonte Santa, tendo em conta tudo aquilo que já nós conhecemos sobre a mesma, sobre os vários argumentos que foram aqui trazidos, há muitas referências neste país e no qual até o próprio Partido Socialista tem responsabilidades, basta olharmos para o caso da Escola do Bairro da Boavista em Lisboa, que os senhores tiveram alguma responsabilidade, já agora não quero advogar mas também participei nessa Carta Educativa, em que se integra a Escola na comunidade e num espaço natural que é o Parque Florestal de Monsanto.

Esperemos que aqui na Fonte Santa aconteça o mesmo e que pensem que estamos a comemorar os 50 Anos do 25 de Abril e que os 50 Anos do 25 de Abril e essa revolução merece muito mais.”

5.3.8 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à intervenção da Senhora Múncipe Inês Pascoal, tive a oportunidade de receber as Associações que foram aqui mencionadas, num espírito de diálogo que a Câmara Municipal tem e que este executivo tem para com toda a gente e com todos os Munícipes, e na sequência dessa troca de ideias foram recebidas as sugestões, tidas em conta e transmitidas ao Planeamento.

No que diz respeito à questão de haver uma ciclovía ao longo do traçado do metro, o próprio Partido Socialista e este executivo, tem uma proposta de um corredor verde, efetivamente porque aquilo que se pretende é que seja garantida uma mobilidade suave entre Almada e a Costa da Caparica.”

5.3.9 – A Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para fazer uma correção relativamente aquilo que disse o Senhor Deputado Municipal João Galdes e a Senhora deputada Municipal Inês Bom. Não evoquei 30 anos de professora para suportar nenhuma teoria minha, não o farei, sou suficientemente humilde para isso, mas fi-lo para suportar o meu conhecimento das escolas de Almada e de ser estranho que apenas uma escola em Almada, seja capaz de fazer aquilo que é relatado. Foi apenas em justiça, mais nada e nunca suportar nenhuma teoria minha porque essas eu defendo-as noutros sítios, em debate e outras situações, não aqui.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:

6.1.1 – Pelo Falecimento de António Policarpo apresentado pelo Senhor Deputado João Eduardo Geraldês (CDU).

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

António Manuel Neves Policarpo nasceu no Bairro Operário do Alfeite, em 23 de janeiro de 1946, e faleceu aos 78 anos de idade, a 17 de abril de 2024, na sua terra Natal.

Frequentou na instrução primária na Escola de António José Gomes, na Cova da Piedade e o ensino comercial na Escola de Emídio Navarro. Em 1961, com apenas 15 anos de idade, ingressou no Arsenal do Alfeite como Aprendiz de Soldador. Ao longo da sua carreira foi membro destacado da Comissão de Trabalhadores, tendo-se reformado em 1996.

Militante do Partido Comunista Português, foi um destacado democrata e antifascista sempre ligado a atividades da Oposição Democrática ao regime fascista, empenhando-se desde muito novo na luta pela liberdade e pela democracia.

António Policarpo foi ativista em diversas campanhas eleitorais da Oposição Democrática, tendo integrado, por exemplo, o grupo de cidadãos que controlavam a 3ª Assembleia de Voto da Freguesia da Cova da Piedade nas “eleições” de outubro de 1969, mesa na qual se registou a vitória da Lista B, a Candidatura da Oposição Democrática.

Associativista, fez parte da Cooperativa Piedense, tendo sido eleito aos 21 anos para os Órgão Sociais da Cooperativa. Foi ainda membro ativo do Clube Desportivo da Cova da Piedade, da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, e cofundador do Centro Cultural de Almada e da Associação de Solidariedade Social “Alma Alentejana”.

Cidadão empenhado no desenvolvimento do seu Concelho, foi também um dedicado militante e promotor, defensor, divulgador e valorizador do património material e imaterial de Almada e das suas onze Freguesias, tendo sido destacado impulsor das Primeiras Jornadas de Estudo sobre o Concelho de Almada, e membro ativo da organização do Primeiro Congresso dos Algarvios na Margem Sul do Tejo.

São da sua autoria os desenhos de reconstituição do património “O Chafariz e Bebedouro do Pombal - anos 60” e “Quinta do Pombal”, que figuram em imagens da obra “Almada Antiga e Moderna”, Roteiro Iconográfico III, Freguesia da Cova da Piedade, da autoria de Alexandre Flores, editado pela Câmara Municipal de Almada em 1990.

Realizou uma obra ímpar no particular domínio da história do movimento operário e da resistência em Almada, sendo autor, entre outros, de importantes estudos e trabalhos relacionados com a história local do Concelho de Almada e das suas Freguesias, destacando-se “A Torre Velha de Caparica”, “Bruxarias, Esconjuros e Superstições”, “Almada no Terramoto de 1755”, “Subsídios para a História da Indústria Naval em Almada”, “Um Estaleiro Naval na Praia do Outeiro”, “Subsídios para a História da Água em Almada”, “A Resistência em Almada em Vésperas da Revolução em 1640”, “25 de Abril de 1974, Memória Viva de há Vinte Anos”, “Pais fundadores: da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP) e do Teatro Garrett”, “Quinta dos Frades: de Paço do Desembargador d'el-Rei a Museu da Cidade de Almada, 1366-2016”, “Memórias da nossa terra e da nossa gente: Freguesia de Almada”, “Bento António Gonçalves: vida e descendência em Portugal e Cabo Verde”, “A ermida de São Sebastião em Almada”, ou “Mulheres na história da água: aguadeiras e lavadeiras da Vila e Termo de Almada”.

Publicou ainda diversas obras em coautoria com diferentes autores, destacando-se as obras “Raul Pereira de Sousa: apontamentos biográficos (com Elsa de Sousa)”, “O Arsenal do Alfeite: Contributo para a História da Indústria Naval em Portugal” (com Alexandre Flores) e “Cova da Piedade da Primeira República ao 25 de Abril” (com Fernando Brito Mateus).



Sempre interessado no desenvolvimento do Concelho, no respeito pelo seu património e pelas suas raízes identitárias, António Policarpo foi assiduamente convidado para proferir palestras, tendo participado em centenas de sessões sobre a história e o património de Almada.

Igualmente interessado e profundo conhecedor de heráldica, tem também uma vasta obra como heraldista, encontrando-se representado em mais de quatro dezenas de vilas e freguesias do Continente, Açores e Madeira. É autor dos Brasões e Bandeiras das Freguesias de Almada, Cacilhas, Caparica, Laranjeiro, Pragal, Sobreda e Feijó, no Concelho de Almada, e das Freguesias de Corroios, Seixal e Paio Pires, no Concelho do Seixal.

No Poder Local Democrático, António Policarpo foi Deputado Municipal eleito pelo PCP na lista da APU/CDU no mandato de 1980-1983. Foi posteriormente vogal da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, nos mandatos de 1986-1990 e 1998-2002, assumindo a responsabilidade pelo Pelouro da Cultura. No mandato de 1990-1994 foi Presidente da Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade. No desempenho das suas funções autárquicas, foi ainda Conselheiro da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

O falecimento de António Policarpo constitui uma perda de enorme dimensão na vida de toda a comunidade almadense. Desaparece fisicamente o Homem e Cidadão insigne, mas o seu legado de conhecimento e saber sobre Almada, sobre as suas gentes, sobre os seus espaços e sobre a sua cultura, permanecerão perenes na sua vasta obra e na nossa memória coletiva.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse a toda a sua família, em especial à sua Companheira de sempre Arlete, a todos os seus muitos e muitos amigos, a todos os agentes e atores culturais e do conhecimento em Almada, à Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, e ao Partido Comunista Português, as mais sentidas condolências e a mais profunda solidariedade neste momento tão difícil em que todos perdemos o Homem Bom que foi, que é, o António Policarpo.”

6.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação do Voto de Pesar, tendo-se verificado o seguinte resultado:

6.1.3 – O Voto de Pesar pelo Falecimento de António Policarpo foi aprovado por unanimidade.

6.1.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para apresentar uma declaração política usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU).

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O número de vítimas do massacre contra o povo da Palestina continua a aumentar: perto de 35 mil mortos, mais de 75 mil feridos. Campos de refugiados, hospitais, escolas, têm sido sistematicamente arrasados. Nenhum edifício está inteiro, não há ruas, as populações tentam sobreviver entre escombros e terra. Há centenas de jornalistas e trabalhadores humanitários assassinados, houve pessoas metralhadas enquanto aguardavam numa fila para receber a parca ajuda alimentar disponível.

Israel impede a entrada em Gaza de alimentos, água, medicamentos, combustíveis e todo o tipo de bens de primeira necessidade, provocando uma catástrofe humanitária que é difícil de descrever. Segundo o Observatório Euromediterrânico de Direitos Humanos, mais de 13 mil palestinianos da Faixa de Gaza estão enterrados em valas comuns, sob os escombros, ou presos em lugares secretos em Israel.

Esta é a realidade da guerra de agressão levada a cabo há mais de seis meses por Israel contra o povo palestiniano, num momento em que a tensão militar na região sobe de tom com esta mais recente escalada de tensão e confrontação, iniciada com o bombardeamento e destruição do consulado do Irão em Damasco por parte de Israel e o ataque de resposta do Irão, a que por sua vez se seguiu novo ataque militar de Israel.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Também na Cisjordânia, continuam os crimes cometidos na ocupação – como foi recentemente o caso de Al-Mughayir, na área de Ramala (atual sede da Autoridade Palestiniana), assaltada por um milhar e meio de colonos protegidos por militares israelitas.

Pelo menos 464 palestinianos foram mortos na Cisjordânia e 4.800 ficaram feridos desde outubro, em resultado de ataques das forças militares e de colonos israelitas. Mais de 750 mil colonos vivem em colonatos ilegais construídos na Cisjordânia ocupada e em Jerusalém Oriental.

É preciso reafirmar: a questão da Palestina é a questão central no Médio Oriente, e não deve nem pode ser omitida ou secundarizada. A questão dos direitos nacionais do povo palestiniano, do fim da ocupação da Palestina por Israel, é questão inseparável dos muitos e graves problemas e ameaças à Paz na região, desde a escalada de conflitos entre Israel e o Irão até à situação de ingerência e agressão contra o Líbano, o Iraque, a Síria, o Líbano.

É urgente o fim do massacre e genocídio do povo palestiniano levado a cabo por Israel, a instauração de um cessar-fogo imediato e permanente, a ajuda humanitária ao povo palestiniano e a criação do Estado da Palestina soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, como determinam as resoluções da ONU.

Mas sabemos que esse caminho está a ser bloqueado – e sabemos por quem.

Foram já dezenas de vetos da administração norte-americana às iniciativas no âmbito da ONU, por um cessar-fogo imediato e permanente na Faixa de Gaza, e pela urgente ajuda humanitária à população palestiniana.

Mesmo a “solução de dois estados”, consagrada nas resoluções das Nações Unidas, e apoiada – na teoria! – por tantos estados (incluindo Portugal), tem sido negada e destroçada quando os EUA impedem a própria presença da Palestina como membro de pleno direito na ONU... ou quando os governos de Portugal rejeitam o reconhecimento do Estado da Palestina!

O que estão a rejeitar é o caminho para uma solução política para o conflito que garanta a concretização do direito do povo palestiniano a um Estado soberano e independente, e que permita construir um futuro de paz e de segurança para os países e povos da região.

O Governo português deve atuar nas suas relações externas, incluindo nas instâncias internacionais em que está representado, em defesa da Paz e, nomeadamente, pelo cumprimento dos inalienáveis direitos nacionais do povo palestiniano, desde logo pelo reconhecimento do Estado Palestino, no respeito dos princípios inscritos na Carta das Nações Unidas e no direito internacional.

Esta é a exigência que tem sido manifestada em cidades de todo o país, juntando-se às jornadas de solidariedade para com o povo da Palestina que se têm realizado por todo o mundo – e Almada pode orgulhar-se de contar para essa expressão de humanidade.

Várias iniciativas já ocorreram no concelho, promovidas por organizações como o CPPC, o MPPM, a CGTP-IN e a União de Sindicatos de Setúbal e tantas outras.

A CDU na Assembleia Municipal de Almada saúda essas iniciativas, e apela à participação dos munícipes almadenses nas ações pela Paz e de solidariedade, particularmente com o povo palestiniano, face à política de ocupação, de colonização e de genocídio prosseguida por Israel.

Em Almada, com abril, continuaremos a lutar e a afirmar os valores da Paz e da Solidariedade.”

6.3 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE), para apresentar uma Saudação sobre “Viva Abril, Viva a Democracia!”;

6.3.1.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este ano comemora-se o 50º aniversário do 25 de Abril de 1974. Momento para relembrar a história da resistência à ditadura fascista, de quem lutou contra a guerra colonial e contra a opressão.

Continua a ser fundamental fazer dessa memória a força para continuar o espírito de transformação e esperança, que fez nascer a nossa democracia, de um povo que saiu à rua com o futuro nas suas mãos. Da heroica revolução desencadeada pelos militares de Abril, conquistaram-se direitos, garantias e liberdades fundamentais para construir uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Algumas destas conquistas inalienáveis incluem o acesso à saúde, com a criação do SNS, a Escola Pública, o direito à habitação, direitos para os trabalhadores e trabalhadoras, o Estado Social, a Segurança Social, emprego com direitos, a implementação do salário mínimo, o direito à greve ou a liberdade sindical.

Hoje, vivemos tempos complexos. Com a democracia em estado de alerta, o regresso da barbárie e da desumanidade da guerra, o retrocesso social e civilizacional, o aumento das desigualdades e permanente ataque aos de baixo, aos trabalhadores e aos mais vulneráveis, evocar Abril é continuar o seu legado e preservar todas as conquistas populares que se alcançaram com a Revolução.

É continuar a dar voz a quem defende a Democracia, a Justiça Social e Ecológica e sobretudo não ter medo de enfrentar os perigos e desafios que temos pela frente, e dos que avançam com uma agenda de regresso ao passado alimentando-se do medo e da angústia das populações, dos mais desprotegidos e dos excluídos.

As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais limitam o acesso a direitos. O racismo e a xenofobia não cabem no projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974.

Façamos destas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril um desígnio de todas e todos nós; é fundamental não deixar fechar as portas que Abril abriu – da liberdade de pensar e transformar, de continuar a construção de uma sociedade entre iguais, onde ninguém fique para trás.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 22, 23 e 29 de Abril de 2024, delibera:

1. Comemorar o 50º aniversário da Revolução como uma data histórica que pôs fim ao Estado Novo, lembrando todos aqueles que se envolveram na dura luta contra a ditadura, com o compromisso de continuarmos nos dias de hoje a lutar pela Democracia e pelo cumprimento dos desígnios inscritos na Constituição da República Portuguesa.”

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE), para apresentar uma Saudação ao “1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores”;

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O dia 1 de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, terá lugar num contexto marcado por guerras terrivelmente mortíferas, especialmente na Ucrânia e na Palestina. Reafirmamos o nosso compromisso com uma paz justa e duradoura no quadro do direito internacional, que não pode ser alcançada nas condições do agressor.

Em Portugal, os trabalhadores estão sob a ameaça de um novo plano para aumentar o número de “presentes” às empresas, o que agrava as desigualdades sociais. O programa do governo anuncia o que pretende para as políticas sociais e serviços públicos, na transição ecológica ou preparando mais um ataque aos trabalhadores, propondo-se alterar para pior o Código do Trabalho. Longe de “mudar” o país, apresenta a sua política ao serviço dos mais ricos, distribuindo dinheiro às empresas privadas, especialmente às maiores, sob a forma de isenções de contribuições sociais (ex.: prémio 15º mês) e da anunciada e calendarizada baixa do IRC.

Quanto aos salários, a sua proposta a concretizar em 2028, para o salário médio e mínimo é inferior ao que se pratica atualmente no Estado Espanhol, com milhares de trabalhadores com recibos de vencimento próximos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

do salário mínimo e outros tantos só mesmo com esse valor. O salário mínimo, os salários e as pensões devem, pelo menos, ser indexados aos preços. Há, por isso, uma necessidade urgente de aumentar salários e pensões.

A insegurança e a pobreza estão a ganhar terreno, especialmente entre os idosos e estudantes. Devemos aumentar os mínimos sociais, as bolsas de estudo e reformar urgentemente este sistema de ajuda para que todos possam viver e estudar em condições dignas. É fundamental exigir o reforço da proteção social, com uma oposição firme a projetos de contrarreforma que reduzem os direitos e ganhos dos trabalhadores.

Não aceitamos nenhum ataque às liberdades coletivas e individuais, em particular contra os mercados de trabalho e o direito de manifestação, bem como às liberdades sindicais.

O 1º de Maio deve também ser uma extensão das mobilizações do 8 de março, pela igualdade real entre géneros, sobretudo tendo em conta que as mulheres recebem menos e, mais frequentemente, em situações precárias.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada Reunida nos dias 22,23 e 29 de Abril de 2024, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e a coragem de trabalhadores, jovens, estudantes, reformados e todos que exigem dignidade, democracia e progresso social, e que se manifestam contra a austeridade, pelo emprego com direitos, pelos salários e pensões dignas, pelos serviços públicos de qualidade, pela habitação, pela proteção social, pelas liberdades e pela paz justa e duradoura no mundo.”

6.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS), para apresentar uma Saudação ao “25 de Abril de 1974”;

6.3.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há 5000 anos na Suméria, tendo como suporte uma placa de argila e utilizando caracteres cuneiformes, foi gravada, pela primeira vez, a palavra AMARGI.

Esta palavra viria a representar a maior esperança de todos os povos.

A esperança de toda a população do planeta até aos dias de hoje.

Ao longo destes 5000 anos muitíssimas pessoas morreram pelo objetivo de a tornar uma realidade.

Em Portugal, graças aos militares que, de forma generosa e altruísta, nos proporcionaram o acontecimento que veio a constituir a mais longa estabilidade democrática da nossa história milenar, conseguimos pronunciar e viver a plenitude do seu significado.

A AMARGI dos Sumérios é a LIBERDADE que hoje respiramos diariamente.

Parecendo que foi ontem, estamos, contudo, a comemorar o 50º aniversário do 25 de Abril de 1974.

Muita coisa mudou desde então.

As figuras que preponderaram em todo o processo nesse dia iniciado, começam a desvanecer-se por força da passagem dos tempos.

As mulheres e os homens que nasceram após essa data não sabem, felizmente, reconhecer a diferença entre o antes e o depois.

Foi todo um povo oprimido, impedido de sentir a força desta palavra escrita pela primeira vez há 5000 anos que se uniu ao movimento das forças armadas para todos juntos, realizarem a primeira e maior revolução pacífica da nossa história.

Foi realmente a Revolução dos Cravos e não a revolução pelas armas.

Foi realmente o momento em que a palavra LIBERDADE foi a mais proferida e aclamada das palavras. Foi a Palavra.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2.

Ao vermos quão distante se encontra de muitos povos esta palavra, somos levados a assumir, todos, os de antes e os de depois do 25 de Abril de 1974 que, custe o custar, teremos de manter sempre presente a palavra LIBERDADE.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22, 23, e 29 de Abril de 2023, saúda o Dia da Liberdade, o 25 de Abril, o Povo português, e todas as conquistas que Abril nos deu.

Viva o 25 de Abril de todos os anos! Viva a Democracia! Viva Portugal em Liberdade.”

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS), para apresentar uma Saudação ao “1º de Maio, o Dia do Trabalhador”;

6.3.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Dia do Trabalhador foi assinalado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1886.

As massivas manifestações em Chicago e uma greve que se generalizou por toda a União foram o primeiro momento de uma longa caminhada, iniciada pelos trabalhadores em defesa dos seus legítimos direitos laborais e cívicos.

Em 1891, a França tentou reprimir violentamente as manifestações dos trabalhadores, que longe de esmorecerem, esses trabalhadores franceses mantiveram a sua luta até que, em 23 de Abril de 1919, o senado ratificou as 8 horas de trabalho e proclamou o dia 1º de Maio como feriado nacional e o Dia do Trabalhador.

Embora com iniciativas modestas em Portugal, o 1º de Maio começou a ser assinalado em 1890, caracterizando-se por reuniões de confraternização, com romagens aos cemitérios para homenagear os operários caídos pela defesa dos direitos laborais.

O movimento sindical foi, entretanto, evoluindo, tanto na organização das suas estruturas, como no quadro reivindicativo, tendo logrado a que o 1º de Maio em Portugal se consolidasse como um movimento e ação de massas.

Foi graças à tenacidade dos trabalhadores portugueses, organizados nas suas estruturas sindicais que, também em 1919, foi reconhecido o direito às 8 horas de trabalho para os trabalhadores do comércio e da indústria.

A luta dos trabalhadores portugueses não esmoreceu até que, finalmente, estavam preparados para receber e acarinhar a grande mudança personalizada pelo dia 25 de Abril de 1974.

Ao referirmos o dia 25 de Abril é igualmente importante falar-se da sua manifesta afinidade com a luta dos trabalhadores portugueses.

Importa por isso salientar que, não obstante as muitas dificuldades porque todos nós e, muito principalmente os trabalhadores, passamos e continuamos a passar, a verdade é que conseguimos, todos, garantir a continuidade da nossa democracia.

É, pois, importante que o reconheçamos, foi graças à capacidade do povo português no geral, mas, particularmente, ao assinalável esforço de todos os trabalhadores de Portugal, ao seu espírito de sacrifício e à sua força vontade que, não obstante os permanentes ataques e os interesses inconfessados, se mantêm os princípios porque lutam desde finais do século XIX.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22, 23, e 29 de Abril de 2023, saúda o Dia 1º de Maio, o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.

Viva o 1º de Maio! Viva os trabalhadores! Viva a Democracia!”

6.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre “Elaboração do Regulamento de Proteção e Bem-Estar Animal do Município de Almada”;



6.3.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma nota previa, esta recomendação foi apresentada pelo PAN em 2021, e aprovada nesta Assembleia Municipal, mas nunca implementada e nem vemos qualquer movimentação no sentido da sua implementação e por isso voltamos a trazê-la a esta casa.

É hoje incontestável, o direito à vida, à integridade física, psicológica e mental dos animais. A dignidade dos animais, tem vindo a ser reconhecida de forma transversal nas sociedades humanas e esse reconhecimento tem-se traduzido na evolução do código penal português, conferindo mais proteção aos animais.

O reconhecimento da dignidade dos animais, foi especialmente proclamado, de um ponto de vista legislativo, no artigo 13.º do Tratado de Lisboa, o qual reconhece a senciência dos animais e exige que os Estados membros tenham em conta o seu bem-estar.

A nível nacional, a Lei n.º 92/95 de 12 de setembro, é já sensível ao tema do bem-estar animal, e na sua esteira, vários diplomas legais foram aprovados relativos a animais. A criminalização dos maus-tratos a animais através da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, constitui, também, um elemento de especial relevância que demonstra que o legislador nacional está mais sensível às novas preocupações e valores éticos neste domínio.

A condescendência e tolerância perante atos de violência contra animais são, em suma, inaceitáveis nas sociedades atuais e estão em contracorrente com o desenvolvimento civilizacional e cultural dos valores éticos e, sobretudo, do novo quadro de conhecimento científico sobre os mesmos, sobre a sua senciência e a sua consciência.

A proteção dos animais é por isso, uma exigência e anseio sentidos pela população de Almada, a qual condena a violência contra animais e a negligência no seu tratamento e exige que a mesma seja endereçada de forma eficaz. O Município de Almada está numa posição privilegiada para endereçar as preocupações da população neste domínio, uma vez que tem associações de proteção animal e cuidadores muito ativos e cooperantes, bem como a Provedoria dos Animais de Almada, cuja criação foi proposta pelo PAN em 2014 e finalmente implementada em 2020.

Apesar do trabalho desenvolvido no terreno pelos cuidadores e associações, bem como a evolução positiva da legislação em vigor no que concerne aos direitos dos animais e a salvaguarda do seu bem-estar, o município de Almada continua a ter graves problemas e carências no que diz respeito à defesa dos animais.

Nesse sentido, a criação do Regulamento de Proteção e Bem-estar Animal do Município de Almada pretende garantir a devida proteção dos animais do território do seu município. Pretende-se que este regulamento sancione devidamente os maus-tratos a animais, promova a saúde e o bem-estar dos animais, implementando programas de controlo e saúde de populações de animais de acordo com os mais exigentes critérios de bem-estar, discipline as condições de alojamento e comércio de animais, a detenção e circulação de animais, regulamente o apascentamento e a detenção de animais de pecuária, bem como implemente medidas destinadas a combater o abandono e a promover a adoção responsável.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22, 23 e 29 de abril de 2024, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada a elaboração do Regulamento de Proteção e Bem-estar Animal do Município de Almada.”

6.3.6 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires Silva (CDU), para apresentar uma Moção “No quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático”;

6.3.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português.



Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam.
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local.
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta.
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatatórios.
5. Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas.
6. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade.”

6.3.7 – A Senhora Deputada Municipal Andreia Sofia Egas (CDU), para apresentar uma Saudação “50 anos a celebrar o 1º de Maio em Liberdade”;

6.3.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Andreia Sofia Egas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A instituição do 1º de Maio como o “Dia Internacional do Trabalhador” é fruto da luta de muitos milhares de operários, primeiro em Chicago, depois noutras cidades norte-americanas, que pararam as fábricas e exigiram em enormes manifestações nas ruas melhores condições de vida e de trabalho, principalmente a redução do horário de trabalho que muitas vezes atingia as 17 horas diárias, luta que foi brutalmente reprimida pela polícia, mas que acabou por ter como resultado a conquista das 8 horas de trabalho diário. O reconhecimento internacional da importância desta conquista, traduziu-se mais tarde na consagração à escala mundial do dia 1 de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.

No nosso País, era prática, durante o fascismo, dias antes desta do dia 1 de Maio, a PIDE e a GNR deterem os trabalhadores mais ativos, na tentativa de amedrontar e impedir a celebração desta data. Apesar disso, e da brutal repressão do regime fascista que se abatia sobre aqueles que ousavam manifestar-se, os trabalhadores portugueses sempre celebraram o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Depois de 48 anos de repressão, a 1 de Maio de 1974, as ruas foram inundadas pelo Povo – homens, mulheres, jovens, crianças, famílias -, a celebrar finalmente em Liberdade o Dia Internacional dos Trabalhadores. Foi a confirmação nas ruas do nosso País da esperança do povo português na construção de um País mais justo, fraterno e solidário.

Ao longo dos últimos 50 anos, confirmámos em cada luta vencedora, em cada derrota sofrida, que aos trabalhadores nada é oferecido. Tudo é fruto da sua luta, do seu esforço e coragem e do empenho diário dos sindicatos e dos seus dirigentes. Confirmámos que vale sempre a pena lutar pois quem luta pode ganhar, quem não luta perde sempre, sobretudo a dignidade.

Por isso, o dia 1º de Maio é simultaneamente dia de celebração e de homenagem, pelas pequenas e grandes conquistas alcançadas, pelas pequenas e grandes lutas travadas por milhões de homens e mulheres trabalhadores e pelas populações.

Mas o dia 1º de Maio permanece sobretudo como um dia de Luta!



Pelo aumento geral e significativo dos salários, pelo aumento igualmente significativo as pensões e das reformas, pela melhoria das condições de vida, pelo combate à exploração. Pela afirmação dos direitos e valores de Abril, por um Portugal com futuro que garanta um novo rumo para o País, assente na valorização do trabalho e dos trabalhadores e no cumprimento dos direitos inscritos na Constituição da República Portuguesa.

Só este caminho pode retirar os mais de dois milhões e cem mil pessoas em risco de pobreza no nosso País, pôr fim à realidade dos trabalhadores que empobrecem a trabalhar, combater a precariedade, regular os horários de trabalho, laboração contínua e o trabalho por turnos, investir nos serviços públicos, nas funções sociais do Estado, nomeadamente no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública, na Segurança Social, na Justiça e na Habitação.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1. Saudar todos os Trabalhadores portugueses, manifestando a mais profunda solidariedade com as lutas que desenvolvem pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida.
2. Apelar à mobilização das populações, dos trabalhadores e da juventude para que transformem o 1º de Maio numa ação de exigência pela mudança de que o País precisa, e pela afirmação de um País de progresso, livre e soberano ao serviço do seu Povo e pela Paz no mundo.”

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Moção “Travessia do Tejo entre Algés e Trafaria”;

6.3.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta de uma nova travessia do Tejo entre Algés e Trafaria surge como resposta estratégica ao crescimento demográfico e económico assimétrico, observado na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

A AML tem mostrado uma tendência de crescimento demográfico positivo, contrariando a tendência nacional de recessão. Em particular, a Península de Setúbal tem-se destacado como polo de crescimento, com um aumento significativo de população, o que impõe claros desafios em termos de mobilidade e acessibilidade.

Esta travessia é vista como crucial para aliviar a congestionada Ponte 25 de Abril, promovendo uma distribuição mais equilibrada do tráfego e facilitando o acesso entre as margens norte e sul do Tejo.

A travessia proposta não só melhorará significativamente a mobilidade urbana e regional, mas também estimulará o crescimento económico, apoiando projetos importantes em Almada.

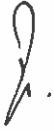
Esta ligação rodoviária e de transporte coletivo está projetada para integrar-se com a rede de transportes existente, promovendo a utilização do transporte coletivo e contribuindo para um modelo de mobilidade mais sustentável.

Adicionalmente, esta proposta já recebeu amplo apoio em votações anteriores nesta Assembleia, refletindo o quase consenso sobre a sua relevância e urgência.

Com a recente mudança de Governo, é essencial reafirmar as ambições e necessidades da população de Almada, garantindo que o novo executivo esteja alinhado com os objetivos de longo prazo da região e comprometido com a realização deste projeto vital.

Dada a importância estratégica desta travessia para o desenvolvimento sustentável e equilibrado da região metropolitana, e considerando a necessidade de dar continuidade aos esforços para a sua concretização, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

- 1 - Reafirmar o apoio a esta nova travessia do Tejo, recomendando ao Governo a análise e implementação desta ligação viária e de transporte coletivo entre Algés e Trafaria, dando prioridade à mobilidade sustentável através dos transportes públicos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2 - Enviar esta moção formalmente ao primeiro-ministro, ao Ministério das Infraestruturas, ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, aos grupos parlamentares na Assembleia da República, garantindo que o projeto receba a atenção necessária e seja efetivamente priorizado nas agendas de desenvolvimento e planeamento de infraestruturas nacionais.

Esta moção visa reiterar o compromisso de Almada com a melhoria da mobilidade e o desenvolvimento regional, enfatizando a necessidade urgente de avançar com a nova travessia do Tejo, um projeto que desempenhará um papel fundamental na transformação da mobilidade urbana e regional.”

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Moção “Abolição do Pórtico da A33 na Charneca de Caparica”;

6.3.9.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A mobilidade e acessibilidade são direitos fundamentais que devem ser garantidos a todos os cidadãos, facilitando a livre circulação e reduzindo as barreiras ao desenvolvimento económico e social. Neste contexto, o troço da A33 na Quinta da Queimada, na Charneca da Caparica, representa uma preocupação significativa para os residentes e trabalhadores da região. A implementação deste pórtico de portagem, desde a sua inauguração, tem sido fonte de considerável debate e insatisfação pública.

Esta portagem não só impõe um fardo financeiro aos moradores e àqueles que transitam diariamente rumo ao trabalho, como também provoca um desvio do tráfego para as vias internas da freguesia. Tal situação resulta em maior desgaste das infraestruturas rodoviárias e aumento da poluição ambiental, contrariando os esforços de sustentabilidade e eficácia no planeamento urbano e regional.

Além disso, com a recente mudança de Governo, é crucial que o novo executivo liderado pelo PSD esteja ciente dos problemas enfrentados pela população de Almada e do desejo local por melhorias nas condições de mobilidade. É imperativo que se inicie o diálogo e a ação no sentido de se resolverem estas questões de maneira rápida e eficaz, alinhando as políticas de mobilidade com as necessidades reais dos cidadãos e com o objetivo de promover uma maior justiça social e económica.

Assim, face aos desafios apresentados e reconhecendo a importância de uma mobilidade sem restrições para o bem-estar e desenvolvimento da comunidade local, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão plenária, propõe:

1. Que seja exigido ao Governo do PSD a eliminação imediata das portagens no troço da A33 na Quinta da Queimada, na Charneca da Caparica, permitindo uma circulação mais fluída e menos onerosa para todos.
2. Que a Câmara Municipal de Almada intensifique as negociações com o Governo e as entidades responsáveis para garantir a implementação desta medida urgentemente, mitigando os impactos negativos no trânsito local e melhorando significativamente a qualidade de vida dos moradores da Charneca da Caparica.
3. Que esta proposta seja formalmente enviada ao primeiro-ministro, ao Ministério das Infraestruturas, ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, aos grupos parlamentares na Assembleia da República e à entidade gestora do troço, a Concessionária Baía Tejo, enfatizando a urgência e a importância desta medida para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população local.

Esta moção é apresentada com o firme propósito de atender às necessidades dos cidadãos de Almada e de avançar no caminho de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável para o concelho.”

6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD), para apresentar uma Moção sobre “As Terras da Costa”;

6.3.10.1 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Considerando as questões que os moradores das Terras da Costa vieram apresentar na sessão da Assembleia Municipal de Almada, realizada em 3 de abril.

Considerando que todos os cidadãos têm direito bem como para as respetivas famílias a habitação adequada ao seu agregado familiar, com condições de salubridade e de comodidade que leve à preservação da privacidade pessoal e familiar.

Considerando que compete ao Estado apoiar e incentivar as iniciativas das comunidades locais e das populações no sentido de resolver os problemas habitacionais respetivos.

Considerando o momento atual em que se verificam a nível nacional e concelhio grandes carências habitacionais e que se encontram inscritas na Estratégia Local de Habitação do município.

Considerando que decorreu mais de século e meio, em que diversas famílias, bisavós, avós, pais e agora também trinetos, bisnetos, netos e filhos moraram e trabalharam as Terras da Costa.

Considerando que é importante dinamizar um plano de reorganização da atividade agrícola nas Terras da Costa.

Considerando a importância da valorização e preservação dos solos agrícolas das Terras da Costa.

Considerando que o município assumiu querer realizar uma regularização com os agricultores e moradores na forma como aquelas terras são usadas e cultivadas num projeto que tem como objetivo unir todos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 22 de abril de 2024, na Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau-Bau, decide:

- 1 - Recomendar à Câmara Municipal que proceda ao levantamento de todas as situações habitacionais (levantamento cadastral) sobretudo das situações de primeira habitação;
- 2 - Recomendar à Câmara Municipal que assegure os direitos das famílias envolvidas que se encontram neste território e que ali vivem em situação permanente principalmente as que não tem alternativas habitacionais noutra local;
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal que garanta que a vocação deste território, especialmente agrícola, se mantenha tendo em vista a promoção da agricultura local e sustentável que ali se pratica quase há duas centenas de anos."

6.4 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Lourenço (PS), João Eduardo Geraldês (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), António Pedro Maco (CDS-PP), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) José António Rocha (BE), António Francisco Salgueiro (PSD). (O Senhor Presidente da União das Freguesias da Charneca e Sobreda usou da palavra nos termos do n.º 4 do art. 47.º do Regimento acerca das propostas "Travessia do Tejo entre Algés e Trafaria" e Abolição do Pórtico da A33 na Charneca de Caparica" ambas do CHEGA, cf. anexos 9 e 10, respetivamente).

6.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero tecer aqui algumas considerações sobre os documentos apresentados.

De uma forma geral dizer que, o Partido Socialista, obviamente, irá votar favoravelmente todas as moções e saudações apresentadas ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, com uma pequena ressalva que tem a ver com o documento 7, da CDU, que é a moção do 25 de Abril que iremos pedir para que o ponto 5 deliberativo seja votado à parte, por uma questão muito simples, o que é feito nesta proposta é exatamente aquilo que não respeita o Poder Local Democrático, porque a legislação atualmente em vigor, permite que todos os Municípios e todas as Autarquias que assim o entendam, possam reverter a reforma administrativa que foi feita em 2013. E aquilo que aqui é proposto é, a obrigação que todos revertam essa reforma administrativa. E nós achamos e é aquilo que defendemos, que a legislação atualmente em vigor proposta e aprovada pelo Partido Socialista,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

permite que o Poder Local Democrático possa fazer as suas escolhas consoante aquilo que melhor deverá responder às suas populações.

Relativamente à moção do PAN, sobre a recomendação para se fazer o regulamento de proteção e bem-estar animal, referir que o Partido Socialista irá votar favoravelmente e que entregará uma declaração de voto por escrito.

Contudo é importante fazer uma ressalva, que o PAN propõe na sua proposta algumas coisas como disciplinar as condições de alojamento e comércio de animais, a detenção e circulação de animais, regulamento o apascentamento e a detenção de animais de pecuária, aquilo que é dito nos considerandos, não é propriamente aquilo que está previsto na Lei, e um regulamento só pode regulamentar aquilo que a Lei permite.

Portanto, como sabem este Regulamento de Proteção e Bem-Estar Animal, já era uma proposta do programa eleitoral do Partido Socialista de 2021, que está a ser trabalhado atualmente, internamente, pela Câmara Municipal e que em breve será apresentado, mas que obviamente ele irá cumprir escrupulosamente aquilo que é as normas e as leis em vigor e não regulamentar aqui que a Lei não define e não permite.

Relativamente às moções apresentadas pelo Partido CHEGA, o Partido Socialista irá votar contra e apresentará após a votação uma declaração de voto em relação a essas matérias.

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar nota do sentido de voto da CDU relativamente aos diferentes documentos que estão em apreciação.

Iremos votar favoravelmente todos os documentos que estão apresentados, exceto a moção proposta pelo Partido CHEGA relativa à travessia entre Algés e Trafaria, as razões já aqui foram anunciadas no período do público, mas queremos voltar a sublinhar que, esta Assembleia Municipal não aprovou nenhuma resolução no sentido da construção daquela travessia, aprovou sim, que se fizessem estudos no sentido de estudar a possibilidade daquela travessia. A CDU mantém a sua posição, a travessia prioritária é a de Barreiro/Chelas, mas, a questão fundamental nem sequer passa por aí, porque a questão fundamental passa pelo reforço do transporte público, porque é por aí que temos que caminhar. E aquilo que foi dito aqui hoje que, não obstante do reforço do transporte público, esse reforço do transporte público não existiu, nem existe, infelizmente, no nosso território. O que nós assistimos é a uma renovação da concessão da Fertagus, por exemplo, sem nenhum compromisso da parte do concessionário relativamente ao reforço do serviço que é prestado às populações, e assistimos por exemplo, o barco que serve a Trafaria e serve a Trafaria entre Trafaria e Belém, tem lapsos de circulação de hora e meia.

Portanto, isto não é reforço nenhum de transportes públicos.

A última questão, em relação à moção do CHEGA sobre o Nó da Queimada, essa é uma posição que a CDU sempre defendeu desde o início e há muitos, muitos anos, que a CDU defende a abolição daquele Pórtico, mas não é só daquele Pórtico, a CDU tem apresentado documentos nesta Assembleia Municipal a reivindicar, a abolição de todas as portagens na Área Metropolitana de Lisboa, todas as portagens.

Clarificar a questão que a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço aqui colocou relativamente ao ponto 5, porque acho que estamos confrontados aqui com uma questão de português, porque o que está escrito é: “dar concretização ao processo de reposição das Freguesias liquidadas”. Dar concretização ao processo, é fazer cumprir a Lei que está em vigor, não é obrigar nada a ninguém. É fazer cumprir a Lei que está em vigor.”

6.4.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de dar o sentido de voto do PAN, dizer à Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, dizendo que, os considerandos do PAN em nada vão contra a Lei em vigor porque também existe legislação para os animais



de pecuária, existe legislação apascentamento e a forma como os animais devem ou não ser mantidos a pastar ou a circular na via pública, e, portanto, é apenas para regulamentar em Almada as formas como isso pode ou não ser feito e também esclarecer os munícipes acerca desse assunto. E fico contente em saber que o regulamento já está a ser trabalhado, pois não tinha essa informação, espero que veja a luz do dia em breve. Em Lisboa por exemplo, o Provedor está a ouvir uma série de associações e de partidos para concretização do Regulamento Municipal do Bem-Estar Animal em Lisboa, e portanto, esperava-se que em Almada fosse feito o mesmo caminho e não sendo feito temos depois a consulta pública para deixar os nossos contributos.

Dizer que o PAN irá votar a favor a maioria dos documentos, associando-se aos votos de saudação aos 50 Anos do 25 de Abril e às comemorações do 1º de Maio.

Em relação à moção do PSD, se por um lado é importante garantir os direitos de quem vive efetivamente naquele local e ali tem a sua primeira habitação, é também importante garantir que aquele espaço é respeitado, nomeadamente os solos agrícolas, sem utilização de pesticidas e herbicidas que se vão acumulando tanto nos solos como nos lençóis de água, que é respeitado no que diz respeito à limpeza e manutenção, pois existe uma série de barracões, detritos, desordenamento e desorganização do espaço público REN e RAN e que deve ser respeitado e aberto a todos os almadenses que o queiram visitar, conhecer e ajudar na sua preservação, pois só defendemos aquilo que conhecemos e valorizamos.

Finalmente, relativamente à moção do CHEGA votaremos contra. A minha posição relativamente à nova travessia rodoviária do Tejo é clara, só faz sentido se for apenas para transportes públicos e veículos de emergência. Tal intenção de acordo com estudos preliminares da LusoPonte, implicará um aumento imediato de tráfego, superior a 10% em relação ao atual tráfego na Ponte 25 de Abril, e especialista de tráfego em diferentes reuniões desta problemática, estimam que demorará cerca de 3 anos à nova solução ficar congestionada.

Esta decisão é de uma enorme incoerência com a política de mobilidade sustentável que se diz querer implementar nesta região do país.

Segundo números apresentados pela Câmara Municipal de Lisboa, no seu documento estratégico Move 2030, o documento que orienta a política de mobilidade da Cidade, em 2018 entravam todos os dias em Lisboa cerca de 370 mil carros, alinhados permitiriam fazer uma fila de Lisboa a Paris, e o que se sabe a partir dos relatórios de tráfego já publicados pelo IMT, é que os níveis de trânsito na Cidade e na Área Metropolitana de Lisboa, não só voltaram, como ultrapassam os registados em 2019, antes da pandemia.

Em setembro de 2023, houve um aumento de 6,2 de carros em Lisboa comparativamente a setembro de 2022. Lisboa espera reduzir 34% do tráfego automóvel até 2030, não sei como poderá ser objetivo, este objetivo atingido com propostas deste género.”

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS vai votar favoravelmente nomeadamente, a parte deliberativa de todos os documentos e solicita que o documento do Bloco de Esquerda de saudação ao 1º de Maio, seja votado em separado. Portanto, a parte do corpo da moção com a parte deliberativa.

Depois, relativamente à proposta do PAN o CDS irá abster-se.

Em relação às duas moções apresentadas pelo Partido CHEGA, são questões recorrentes, inclusivamente até estão a ser trabalhadas na 6ª Comissão, já algum tempo e, portanto, é uma luta com o apoio embora possa haver divergências relativamente a algumas posições por parte dos grupos municipais, mas é com certeza esta questão dos transportes, a questão da travessia, é uma matéria que está a ser estudada e com certeza que este Governo não escusará também ao diálogo e encontrarmos uma melhor solução para Almada e para estas questões do trânsito.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relembrar também que, relativamente a estas questões que foram aqui apresentadas, não podemos dissociar a questão das portagens na Ponte 25 de Abril, foi uma proposta que já foi apresentada e que foi discutida em reunião de Câmara, foi também discutida e apresentada “N” vezes aqui na Assembleia Municipal, e portanto, é uma tema que o CDS também não quer deixar cair.

Em relação à moção do PSD pela manutenção das residências de primeira habitação dos moradores das Terras da Costa, o CDS irá como é evidente votar favoravelmente e também demonstrando aqui com já foi demonstrado pela presença dos agricultores e moradores aqui, das Terras da Costa, que é um assunto que não estará fechado, não pode estar fechado, para que se possa dar a maior dignidade e a maior finalidade aquele espaço permitindo melhorias na concessão do próprio espaço e para o trabalho contínuo todos agricultores.

De qualquer maneira, eu devo recordar que a proposta que foi aqui apresentada pela Câmara Municipal na última sessão, não se pode dissociar, faz parte também da questão das Terras da Costa e, portanto, temos que ter em atenção a forma como votamos e a forma como apresentamos as moções.”

6.4.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido CHEGA vai votar favoravelmente grande parte das moções.

Deixamos aqui algumas considerações e sentidos de voto.

Vamos votar a favor das moções do Bloco de Esquerda e do PS sobre o 25 de Abril, pedimos, no entanto, que a proposta da CDU sobre o 25 de Abril seja votada ponto por ponto.

Apesar da mistura dos assuntos que o Bloco de Esquerda faz na tentativa de instrumentalização dos problemas dos trabalhadores com a guerra na Ucrânia e Israel, iremos votar favoravelmente esta moção sobre o 1º de Maio, assim como todas as outras sobre o mesmo tema.

Relativamente, à proposta do PAN temos algumas dúvidas sobre a abrangência da proposta, iremos nos abster. E em relação à proposta sobre as Terras da Costa iremos votar a favor, isto só demonstra de facto, quando a população cá esteve na anterior sessão, de facto, havia assunto e se calhar o assunto não deveria ter sido levado a votação como foi e deveria ter sido a população escutada antes da sua aprovação.”

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Iremos votar favoravelmente os documentos apresentados pela CDU, pelo Partido Socialista, pelo PSD, pelo PAN. Iremos votar também favoravelmente, a moção apresentada pelo CHEGA, sobre a abolição do Pórtico da A33 na Charneca de Caparica, mas não sem antes deixar aqui uma nota, esta tem sido de facto, uma luta desde sempre do Bloco de Esquerda, a eliminação não só deste troço do Nó da Queimada como a eliminação de todas as portagens.

Em relação à proposta sobre a travessia do Tejo entre Algés e Trafaria, iremos votar contra, a posição do Bloco de Esquerda é publicamente conhecida, nós defendemos uma terceira travessia, mas entre Chelas e Barreiro e privilegiando o transporte público rodoviário. Não concordamos até porque as várias opiniões que temos de gente entendida na matéria, este túnel não iria resolver nenhum problema, iria sim criar ainda mais. Portanto, iremos votar contra esta moção.”

6.4.7 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PSD irá votar na generalidade a favor de todos os documentos, mas solicitávamos também ao Senhor Presidente que, o documento 3 do Bloco de Esquerda, os considerandos pudessem ser votados à parte, e no documento 7 da CDU, que fossem votados à parte os pontos 4 e 5.”



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

6.4.8 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS), Presidente da União das Freguesias da Charneca e Sobreda usou da palavra nos termos do n.º 4 do art. 47.º do Regimento acerca das propostas “Travessia do Tejo entre Algés e Trafaria” e Abolição do Pórtico da A33 na Charneca de Caparica” ambas do CHEGA, cf. anexos 9 e 10, respetivamente).

6.4.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a estas 2 propostas do CHEGA, eu gostaria de dizer aqui algumas questões e em particular sobre a abolição das portagens.

Dizer ao Senhor Deputado Municipal do CHEGA que, esta é uma luta já antiga, o CHEGA anda há muito pouco tempo nisto, é uma luta que foi iniciada pelo Partido Socialista em 2012, pelo anterior Presidente da Junta Fernando Jorge e depois teve sempre alguma continuidade, depois a CDU esteve na Junta também, e desde 2017 que somos nós que temos vindo a liderar este processo da abolição do Pórtico do Nó da Queimada.

Este Pórtico é muito importante para população não só da Charneca, mas também do Seixal, da Freguesia ao lado, Corroios, porque vai penalizar entre a nossa Freguesia e acabam por penalizar também aquilo que é a nossa mobilidade e aquilo que são as nossas infraestruturas,

Dizer também que, não é por vir apresentar estas propostas, tipo catavento, que o CHEGA tem esta ideia de que para onde vai o vento e por onde há barulho, muito barulho, vai sempre atrás, o CHEGA vai sempre atrás onde há algum vento, onde há alguma cacofonia, onde há algum barulho.

Portanto, o Pórtico do Nó da Queimada, é uma luta do Partido Socialista, e não é de agora. O CHEGA de maneira oportunista vem aqui hoje apresentar esta proposta.

Eu sou vou votar favoravelmente esta proposta, porque tenho esse compromisso com a população. Nós desde 2017, que não aceitamos este Pórtico que penaliza fortemente os Charnequenses e os Sobredenses, e também quem mora em Corroios e que vai para o Concelho do Seixal. Aquele Pórtico não deve estar ali, não pode estar ali.

Dizer só que esta minha intervenção também vai servir como declaração de voto. Votarei favoravelmente esta proposta, mas que, não é normal este aproveitamento político em democracia. Eu acho que nós temos que fazer debates sérios, com alguma profundidade, sobre os documentos porque é para isso que nós aqui estamos.”

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 23 de abril, pelas 21H00.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Baptista Parreira, Débora Figueiredo Rodrigues, Gabriel Machado da Rosa, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, José Luís Matos, Helena Azinheira e Filipa Cruz.

9 – Foi verificada a presença de cerca de noventa munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A 2ª SECRETÁRIA

António Sérgio Silva